



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

LUCIANA COSTA ALDECÍ DE OLIVEIRA

COSMOPOLÍTICA: Projeto de uma Revista Especializada em Jornalismo Político
Internacional

JOÃO PESSOA
2023

LUCIANA COSTA ALDECÍ DE OLIVEIRA

COSMOPOLÍTICA: Projeto de uma Revista Especializada em Jornalismo Político
Internacional

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Jornalismo, do Centro de Comunicação Turismo
e Artes como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Marluce Pereira da Silva

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048c Oliveira, Luciana Costa Aldeci de.
Cosmopolítica: revista especializada em jornalismo
político internacional / Luciana Costa Aldeci de
Oliveira. - João Pessoa, 2023.
121 f. : il.

Orientação: Marluce Pereira Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo - TCC. 2. Jornalismo político
internacional. 3. Jornalismo humanitário. 4. Revista -
Elaboração. I. Silva, Marluce Pereira. II. Título.

UFPB/CCTA

CDU 070(043.2)

LUCIANA COSTA ALDECI DE OLIVEIRA

COSMOPOLÍTICA: Projeto de uma Revista Especializada em Jornalismo Político Internacional

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo, do Centro de Comunicação Turismo e Artes como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profª. Marluce Pereira da Silva

DATA DA APROVAÇÃO: 10 DE NOVEMBRO DE 2023

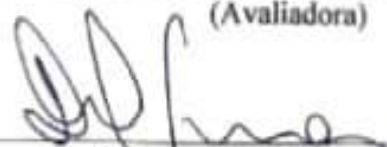
BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 MARLUCE PEREIRA DA SILVA
Data: 21/11/2023 10:28:53 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profª. Dra. Marluce Pereira da Silva
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA MONTEIRO CRUZ MENDES
Data: 21/11/2023 14:07:25 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profª. Dra. Patrícia Patrícia Monteiro Cruz Mendes
(Avaliadora)



Prof. Dr. Daniel de Campos Antiquera
(Avaliador)

Com sincero carinho, dedico este trabalho aos meus amados pais, irmãs e amigos mais próximos, cujo apoio e presença têm sido essenciais em cada passo desta jornada acadêmica. Esta dedicatória se estende, com respeito e solidariedade, a todos aqueles que enfrentam a injustiça e o sofrimento. Que os frutos deste trabalho possam, de alguma forma, contribuir para a construção de um mundo mais justo e compassivo, onde a esperança e a equidade prevaleçam.

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão, expresso meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Valéria e Cláudio, pela generosidade e irrestrito apoio em todas as minhas decisões. Às minhas queridas irmãs, Lara e Marília, e aos meus leais amigos, Marina, Renaly e Jair, dedico minha mais sincera admiração, pois a jornada foi enriquecida significativamente pela presença de cada um de vocês.

Aos professores do curso, manifesto meu sincero agradecimento pelo compartilhamento de conhecimentos valiosos, fundamentais para a realização deste projeto. Reconheço a importância de cada um de vocês em minha trajetória acadêmica.

Gostaria também de expressar minha gratidão a Deus, cuja presença constante é fundamental na minha existência, guiando-me e fortalecendo-me em todos os momentos.

Um agradecimento especial estende-se às minhas amigas Joyce e Andreza, assim como aos amigos que conquistei ao longo da jornada universitária. Além disso, expresso minha profunda gratidão à minha avó pelo seu apoio incondicional e à minha orientadora, Marluce.

“A injustiça por ínfima que seja a criatura
vitimada, revolta-me, transmuda-me, incendeia-
me, roubando-me a tranquilidade do coração e a
estima pela vida” (Ruy Barbosa)

RESUMO

Este Trabalho propõe a criação da revista impressa "Compolítica" com o objetivo de enriquecer a discussão sobre jornalismo político internacional. Com produção no Brasil, mais especificamente na região nordeste, a revista busca se distanciar do pensamento hegemônico do eixo "centro-sul" e da "grande mídia" nacional, focalizando temas relacionados aos Direitos Humanos, mas também ao contexto social e político de países emergentes e subdesenvolvidos. O projeto editorial contempla espaço dedicado a análises e artigos de opinião, alinhados aos paradigmas do jornalismo de soluções e jornalismo humanitário. A pesquisa bibliográfica sobre jornalismo internacional, a análise de experiências de revistas bem-sucedidas e a identificação de lacunas nessas narrativas jornalísticas são elementos-chave para a criação de uma proposta contemporânea em sintonia com as novas demandas da sociedade em rede. O artefato midiático proposto visa estimular a discussão do jornalismo político internacional, proporcionando uma visão fora do pensamento hegemônico do eixo "centro-sul" e da "grande mídia" brasileira. Objetivos específicos incluem a abordagem de temas diversos, como Direitos Humanos e o contexto social e político de países emergentes, além da promoção de análises e artigos de opinião. A metodologia aplicada envolveu a revisão bibliográfica sobre o jornalismo internacional. Dessa forma, o trabalho apresentado pretendeu preencher lacunas e lançar um olhar sobre as assimetrias mundiais, contribuindo com um veículo no meio impresso, de natureza informativa, de forma a permitir a ampliação do debate sobre o jornalismo internacional no Brasil, a partir da perspectiva específica do Nordeste, com projeção para circulação nacional.

Palavras-chave: jornalismo político internacional; revista; jornalismo de soluções; jornalismo humanitário; design; jornalismo especializado.

ABSTRACT

This Work proposes the creation of the printed journal "Compolítica" with the aim of enriching the discussion on international political journalism. Produced in Brazil, more specifically in the northeastern region, the journal seeks to distance itself from the hegemonic thinking of the "center-south" axis and the national "big media", focusing on issues related to Human Rights, but also to the social and political context of emerging and underdeveloped countries. The editorial project includes space dedicated to analysis and opinion articles, aligned with the paradigms of solution journalism and humanitarian journalism. The literature search on international journalism, the analysis of experiences of successful journals and the identification of gaps in these journalistic narratives are key elements for the creation of a contemporary proposal in tune with the new demands of the networked society. The proposed media artifact aims to stimulate the discussion of international political journalism, providing a vision outside the hegemonic thinking of the "center-south" axis and the Brazilian "big media". Specific objectives include addressing diverse topics such as Human Rights and the social and political context of emerging countries, as well as promoting analysis and opinion articles. The methodology applied involved a literature review on international journalism. Thus, the paper presented was intended to fill gaps and launch a look at global asymmetries, contributing a vehicle in the print media, of an informative nature, in order to allow the expansion of the debate on international journalism in Brazil, from the specific perspective of the Northeast, with projection for national circulation.

Keywords: international political journalism; magazine; solution-oriented journalism; humanitarian journalism; design; specialized journalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa dos critérios de noticiabilidade	19
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Orçamento da revista.....	36
Quadro 2 - Seção 1 - Memória.....	44
Quadro 3 - Seção 2 - Brasília.....	44
Quadro 4 - Seção 3 - Capa	45
Quadro 5 - Seção 4 - Itamaraty.....	45
Quadro 6 - Seção 5 - Relações Bilaterais.....	45
Quadro 7 - Seção 6 - Meio Ambiente.....	45
Quadro 8 - Seção 7 - Panorama Internacional.....	46
Quadro 9 - Seção 8 - Ásia.....	46
Quadro 10 - Seção 9 - África.....	46
Quadro 11 - Seção 10 - América Latina.....	46
Quadro 12 - Seção 11 - Organizações Internacionais e Multilateralismo.....	47
Quadro 13 - Seção 12 - Opinião.....	47
Quadro 14 - Seção 13 - Direitos Humanos.....	47
Quadro 15 - Seção 14 - Cultura.....	47
Quadro 16 - Seção 15 - Resenha.....	48
Quadro 17 - Análise da revista <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i> , edição janeiro 2021.....	50
Quadro 18 - Análise da revista <i>Foreign Affairs</i> , edição maio/jun 2023.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa Cosmopolítica	23
Figura 2 - Grid assimétrico	27
Figura 3- Grid simétrico	27
Figura 4 - Primeiro Esboço Elaborado Pela Autora.....	27
Figura 5 - Segundo Esboço Elaborado Pela Autora.....	27
Figura 6 - Espelho editorial da Veja.....	28
Figura 7 - Espelho editorial da Cosmopolítica.....	29
Figura 8 - Capa Janeiro de 2021.....	49
Figura 9 - Capa Janeiro de 2023.....	49
Figura 10 - Capa Março/Abril de 2019.....	54
Figura 11 - Capa Maio/Junho de 2023.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO POLÍTICO INTERNACIONAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 PRODUÇÃO DA REVISTA DENTRO DO PARADIGMA DO JORNALISMO DE SOLUÇÕES E HUMANITÁRIO	17
2.2 GRÁFICO DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE DAS REGIÕES MAIS ABORDADAS NO CONTEÚDO DAS REVISTAS LE MONDE DIPLOMATIQUE E FOREIGN AFFAIRS	18
2.3 JORNALISMO INTERNACIONAL E AS AGÊNCIAS CIDADÃS.....	19
2.4 JORNALISMO DE REVISTA.....	20
3 PROCEDIMENTOS NA ELABORAÇÃO DA REVISTA COSMOPOLÍTICA	21
3.1 PROJETO GRÁFICO	21
3.1.1. CAPA	22
3.1.2. ESTILOS TIPOGRÁFICOS	23
3.1.3. CORES	24
3.1.4. GRID.....	26
3.1.5. LOGOTIPO	27
3.1.6. ESPELHO EDITORIAL REVISTA.....	28
3.1.7. ESPAÇO DESTINADO À PUBLICIDADE	29
3.1.8. PAUTAS	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A	41
APÊNDICE B.....	44
APÊNDICE C	49
APÊNDICE D	60

1 INTRODUÇÃO

A noção de que o jornalismo internacional começou a se desenvolver após as Revoluções burguesas foi cristalizada, por muito tempo, nos debates acadêmicos. Era comum o consenso de que, somente com o desenvolvimento das máquinas, a curiosidade pelo exterior teria vindo a florescer. No entanto, alguns autores, como Natali (2003) afirmam que o interesse pela vida distante nasceu em conjunto com a atividade jornalística. Assim, pensar em notícias estrangeiras é relembrar a própria história do jornalismo que, em sua origem, teve por função informar uma classe econômica emergente (Aguiar, 2008). O "Notizie scritte", publicado pela República de Veneza em 1556; o "Gazette", publicado pela França em 1631; e o "Hickys's Bengal Gazette", que veio a público na Ásia em 1780, são exemplos de como as notícias vindas do exterior despertam o interesse e a curiosidade de leitores nos mais longínquos tempos da humanidade.

No Brasil, pode-se afirmar que o início da história da imprensa teve como marco a transferência da metrópole portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Dom João, quando chegou em terras brasileiras, deu início a uma fase de investimentos na capital. Dentre esses investimentos, encontrava-se a fundação do primeiro jornal do país, "A Gazeta". Assim como todos os veículos na época, o jornal abordava majoritariamente aspectos do exterior. Abordar temas internos era algo pouco usual naquele tempo, pois havia muita censura e qualquer manifestação sobre questões nacionais poderia incitar uma oposição. (Aguiar, 2008). Nesse sentido, o jornalismo no Brasil, assim como no mundo, nasce de pautas internacionais.

Entretanto, enquanto a cobertura internacional possui uma história antiga, sua abordagem em pesquisas jornalísticas e debates acadêmicos sobre o tema ainda é incipiente. Esta situação dificulta a investigação e desmotiva aqueles que se interessam pelo assunto, assim como aqueles que buscam propor novas perspectivas para o jornalismo especializado. Soma-se a essas condições, a reduzida oferta de veículos especializados em política internacional. Aliás, desde o fim da circulação de revistas alternativas e independentes como "Cadernos do Terceiro Mundo" no início dos anos 2000, a política internacional tem tido pouco destaque nas pautas do jornalismo, e poucos veículos especializados surgiram desde então. O web portal "Opera Mundi", lançado em 2008, faz parte de um escopo diminuto de veículos que sobrevivem ao mercado jornalístico. Nele são apresentados artigos, opiniões e análises sobre o cenário internacional.

Além disso, diversos aspectos indicam um contexto desfavorável para a produção desta temática no País. Tomemos como exemplo o renomado jornal francês “Le Monde Diplomatique”, que aborda temas de política internacional, diplomacia e economia. Observamos que a sua edição brasileira apresenta majoritariamente artigos e análises traduzidos do exterior. Isso sugere a reprodução de conteúdos de jornalistas estrangeiros que não vivenciam as realidade nos trópicos.

De fato, algumas práticas, como a de traduzir e vincular textos de agências internacionais, são vistas como a única alternativa viável para aqueles que desejam ter um editorial de assuntos internacionais, mas não se inserem na categoria de “mídia tradicional”. Desde a crise financeira que permeia o jornalismo, existem inúmeras dificuldades encontradas para aqueles que realizam esse tipo de jornalismo especializado. A manutenção de correspondentes no exterior tornou-se desafiadora, especialmente diante da massificação das tecnologias digitais, contribuindo para a precarização do jornalismo internacional. Acrescenta-se a isso público restrito que se interessa por essa produção (Agnez, 2015). A consequência mais evidente desse cenário é a padronização das pautas e das notícias (Williams, 2011).

Diante da homogeneização dos conteúdos vinculados, a possibilidade de relatar questões que envolvam países periféricos é virtualmente reduzida. Segundo os dados apresentados na dissertação de Lilian Sanches sobre a cobertura midiática do terrorismo na Europa e na África subsaariana, observa-se que o terrorismo no continente africano, embora consideravelmente mais prevalente, não recebe a mesma atenção midiática que o terrorismo na Europa, que é substancialmente menor. A explosão do 14 de outubro de 2017 em Mogadíscio (Somália) foi um dos episódios mais violentos de terrorismo no mundo, mas teve repercussão limitada nos noticiários ocidentais. Este cenário aponta graves consequências, como o pânico no ocidente, a visibilidade desproporcional dada aos ataques terroristas e o aumento de narrativas de xenofobia utilizadas pela extrema direita, entre outros (Sanches, Lilian. 2008).

Cabe ressaltar que a marginalização da atenção às questões dos países subdesenvolvidos não ocorre apenas na âmbito da comunicação. Tanto nas teorias, quanto nas escolhas epistemológicas, o estudo das Relações Internacionais é perceptivelmente voltado às questões que tangem ao Primeiro Mundo. Se considerarmos, por exemplo, que a disciplina surge no período do entreguerras para discutir as motivações que levaram esses países aos conflitos, percebe-se a ênfase dada ao Norte. Tanto é assim que a teoria pós-colonialista, a qual aborda aspectos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvimento, é comumente marginalizada nas discussões da disciplina. Tal como afirma (Nogueira e Messari) em “Teoria das Relações Internacionais, “Escrevemos este livro no Brasil, um país do Sul, que tem consumido mais do

que produzido a teoria da RI. A única exceção a esse respeito é a teoria da Dependência (...). Procuramos, então, refletir neste livro o lugar de onde escrevemos, acreditando que isso reflete nossas necessidades teóricas.”

Robert Cox (1996), internacionalista, vai além ao definir o propósito das teorias; em sua concepção, a teoria é “sempre para alguém e para algum propósito”. Nesse sentido, o autor percebe que as teorias preponderantes no estudo de Relações Internacionais (RI) têm a função de legitimar a ordem social e as estruturas políticas prevaletentes. Ele também ressalta que toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político. A depender de quem as escreve as teorias, o texto pode ostentar preconceito. O discurso é um dos objetos no campo da linguística em análise do discurso; assim, o discurso deve ser sempre avaliado. Os veículos de comunicação, principalmente os ocidentais, costumam construir narrativas que prejudicam o soft-power dos países orientais, visto que muitas vezes defendem aspectos culturais próprios e valores eurocêntricos.

Tendo a percepção de que o sistema internacional opera e funciona diante das diferenças culturais e de que o mundo globalizado mais aproxima as diferenças, do que revela os valores comuns das sociedades, a construção imagética de povos por meio de estereótipos não tem razão de ser. Em realidade, estereótipos que reduzem as pessoas a um evento e excluem qualquer possibilidade de mudança são utilizadas pelo homem como uma forma de manter seus privilégios e sua posição social. (Monteiro, 2010) utiliza Foucault para explicar o uso de imagens preconcebidas: “O estereótipo é uma prática que se encaixa naquilo que Foucault chama de relação de Poder e Conhecimento e, também, seria um dos aspectos do que Gramsci chama de disputa pela hegemonia. É importante lembrar que, para os dois estudiosos, o poder não se resume ao uso de força bruta. O poder também se utiliza da sedução, busca o consentimento.” (Monteiro, 2010).

Diante desse cenário, é necessário reconhecer as diferentes necessidades teóricas e informacionais de cada população. Por exemplo, podemos considerar que muita coisa une o mundo árabe, como a língua e a posição geopolítica, mas muita coisa o separa também, como os aspectos culturais. Compreender esses meandros, no entanto, é fundamental para acabar com a prática de relação de poder, como Foucault bem explicita. O mundo islâmico é comumente tratado como uma região subdesenvolvida, dominada por práticas antiquadas e opressivas. (Oliveira, 2010). Esse modo de representar etnias e culturas deve ser encarado de forma prejudicial para a sociedade internacional.

Em um contexto em que o noticiário negligencia os sofrimentos humanos e cria narrativas distorcidas da realidade, torna-se imperativo considerar a possibilidade da promoção de novos espaços para a proliferação de narrativas de grupos minoritários. O meio digital, por sua vez, possibilita e representa mudanças nos paradigmas dos discursos hegemônicos da sociedade. Com a democratização da internet, cria-se um lócus favorável para que novos veículos de comunicação atendam uma demanda deixada pela mídia tradicional.

Considerando a evolução da técnica e a noção de que atualmente nos encontramos em uma revolução técnico-científico-operacional, conforme formulado por Milton Santos, é necessário observar o desenvolvimento da técnica e seu uso no contexto da comunicação, especialmente o da internet. A história do jornalismo internacional brasileiro pode ser dividida em ciclos, categorizados a partir da evolução tecnológica. Pedro Aguiar (2008) estabeleceu critérios para marcar essas mudanças. O primeiro grande ciclo corresponderia ao nascimento da imprensa no Brasil em 1808 e duraria até meados da década de 1879; o seu fim teria sido marcado pela invenção do telégrafo. O segundo período corresponde ao uso do telégrafo. E o terceiro, ao momento em que houve a massificação da rádio no País. O quarto corresponde à popularização da televisão. O quinto, ao surgimento da internet na década de 1990. Nesta concepção estaríamos no quinto ciclo, o correspondente ao surgimento da internet.

Além de definir qual é a técnica prevalecente atualmente no jornalismo internacional, é essencial compreender como é realizada a seleção das notícias nas editorias de assuntos internacionais. Segundo Natali (2003) existem quatro eixos centrais na cobertura do jornalismo internacional, sendo eles: eleições; guerras, conflitos; epidemias e tragédias (Sanches, Lilian). No entanto, esses critérios nem sempre contemplam as sociedades que estão à margem, que são, com frequência, excluídas do noticiário internacional. Considerar todos esses aspectos é um dos objetivos deste trabalho.

Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se justifica devido à escassez de debate em política internacional nos veículos de comunicação no Brasil e à falta de variedade de veículos especializados sobre o tema. Sua contribuição será interventiva e surgirá no impresso, tendo como perspectiva o mundo em rede e interconectado.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO POLÍTICO INTERNACIONAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PRODUÇÃO DA REVISTA DENTRO DO PARADIGMA DO JORNALISMO DE SOLUÇÕES E HUMANITÁRIO

A elaboração dos conteúdos selecionados para a linha editorial da revista "Cosmopolítica" está amparada dentro do paradigma do jornalismo humanitário e do jornalismo de soluções. Uma avaliação conduzida por Lovizon e Victor (2020) destaca que os critérios de noticiabilidade adotados no jornalismo brasileiro, pautados na celeridade dos eventos, contribuem para a escassez de abordagens humanitárias nos textos jornalísticos. Assim, é possível afirmar que a abordagem humanitária no jornalismo brasileiro é praticamente inexistente. O artigo "Deslocamentos Forçados no Oriente Médio e o Ciclo de Vida do Refúgio na Turquia e Líbano: Da Cobertura Factual ao Jornalismo Humanitário", de Victor, Sanches e Delfim (2020), observa que, apesar da maior crise humanitária migratória desde a Segunda Guerra Mundial, a cobertura jornalística encontra-se debilitada. Na mídia tradicional, prioriza-se a cobertura dos imigrantes africanos chegando à Europa pelo Mediterrâneo, ignorando, contudo, grande parte das migrações ocorrentes dentro do continente africano, conforme atestado pelo segundo relatório de migrações de 2017 das Nações Unidas.

Os autores argumentam que o jornalismo humanitário pode representar uma alternativa à cobertura factual na editoria internacional, funcionando como um meio para monitorar possíveis violações de direitos humanos e sensibilizar a opinião pública. Constataram, também, que países como Turquia e Líbano, que recebem um grande contingente de imigrantes, raramente são mencionados no editoriais internacionais. A pesquisa conduzida por 984 conteúdos nos editoriais de veículos como Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, revelou que apenas 5% deles abordavam as migrações no Oriente, evidenciando a predominância da abordagem factual e a visão restrita de algumas regiões na sociedade internacional.

Nesse contexto, a escolha do jornalismo humanitário como recurso para a elaboração da revista "Cosmopolítica" encontra justificativa na necessidade de adotar uma postura mais vigilante diante das violações dos direitos humanos. Diante da ausência de abordagens sobre essas violações nos critérios de noticiabilidade do jornalismo convencional, surge a indagação sobre quem assumirá tal responsabilidade.

A definição de jornalismo humanitário, baseada nos parâmetros estabelecidos por Victor (2016) e Scott (2017), respalda-se nas boas práticas jornalísticas alinhadas aos princípios do

humanitarismo. Assim, a priorização da identidade das pessoas, a abordagem do sofrimento humano e a inibição de sua perpetuação emergem como imperativos nesse contexto.

Além do enfoque no jornalismo humanitário, optamos por incorporar a prática do jornalismo de soluções. Em um conteúdo produzido da revista *Cosmopolítica*, na seção de meio ambiente, foram apresentados os avanços e desafios que tange à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP). Para atingir esse propósito, buscou-se aproximar o leitor das questões abordadas. A decisão de adotar o jornalismo de soluções foi influenciada pela leitura do artigo de Loose (2014), que discute o distanciamento percebido entre o público e as problemáticas apresentadas. Segundo Loose (2019), o jornalismo de soluções, embora incipiente, representa uma abordagem que transcende os aspectos negativos tradicionalmente considerados nos critérios de noticiabilidade e no valor-notícia. Ele concentra-se em apresentar elementos que engajem o público na busca por soluções para os problemas apresentados. Além dos jornalismo de soluções, destacam-se outras abordagens que dialogam com essa prática, como o Jornalismo da Paz, o Jornalismo Cívico ou Público, o Jornalismo Preventivo e o Jornalismo Ambiental.

Apesar da defesa da imparcialidade por alguns especialistas em jornalismo, críticas são direcionadas a essas novas abordagens. Contudo, Loose (2019) argumenta que o processo de construção de notícias envolve escolhas subjetivas. O jornalista engajado é aquele que se envolve com questões de seu interesse e estabelece vínculos próximos com grupos minoritários. É importante ressaltar que essas escolhas subjetivas e a abordagem engajadas não têm a intenção de distorcer a realidade para defender uma posição pessoal, estando alinhadas com a conduta ética jornalística. Dessa forma, as pautas deste projeto editorial, que resultaram na realização da revista, buscam aproximar o leitor das problemáticas em vez de afastá-lo, colocando-o em uma posição ativa diante das questões apresentadas.

2.2 GRÁFICO DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE DAS REGIÕES MAIS ABORDADAS NO CONTEÚDO DAS REVISTAS LE MONDE DIPLOMATIQUE E FOREIGN AFFAIRS

Realizou-se uma análise dos critérios de noticiabilidade aplicados nas regiões destacadas nas edições 162 do *Le Monde Diplomatique* e 102 da *Foreign Affairs*. A observação dessa análise revelou que a revista 'Foreign Affairs' abarca uma gama mais ampla de nações e regiões, evidenciando, assim, uma maior diversificação em sua cobertura. Em contraste, a edição avaliada do *Le Monde Diplomatique* revela uma abrangência mais limitada em termos

de variedade regional. Essa discrepância pode ser atribuída à temática específica da *Foreign Affairs*, que abordava o não-alinhamento dos países periféricos. A elaboração da tabela tem como objetivo destacar como certas regiões são percebidas e priorizadas. Apesar das limitações inerentes à tabela, elaborada com base em apenas duas edições, seu propósito é evidenciar como algumas regiões são mais abordadas do que outras.

Tabela 1 - Estimativa dos continentes mais abordados em cada revista analisada

Continente/ região	Le Monde Diplomatique	Foreign Affairs
América do Norte	60%	22.22%
Europa	30 %	11.11%
América Latina	20 %	11.11%
Ásia	30%	22.22%
África	20 %	22.22%
Oriente Médio	0 %	44.44%

Fonte: Elaboração da própria autora.

2.3 JORNALISMO INTERNACIONAL E AS AGÊNCIAS CIDADÃS

Na apostila elaborada por El Haiji e Aguiar (2008, p. 8) sobre Jornalismo Internacional, a atuação nesse campo é definida com base em um verbete da Wikipedia. Segundo essa fonte, o Jornalismo Internacional, enquanto especialização, tem como objetivo abranger diversos aspectos, tais como política, economia, cultura e natureza, configurando-se como uma área de grande abrangência. Dentro desses escopo, destacam-se ainda características distintivas, incluindo a presença de agências de notícias, correspondentes, enviados e a cobertura de eventos em zonas de conflito, como a correspondência de guerra.

O texto ressalta a distinção entre profissionais que atuam nesse jornalismo segmentado, especificamente entre o correspondente e o Enviado Especial ao Exterior. O correspondente, geralmente, reside em uma região específica, mantendo contatos com autoridades e elaborando suas próprias pautas, o que demanda um amplo conhecimento da realidade local. Em contrapartida, o Enviado Especial é um profissional que cobre um tema já definido, permanecendo poucos dias no exterior e retornando à sede.

Além dessa diferença entre o correspondente e o Enviado Especial no Exterior, há uma categoria adicional de trabalho denominada "Stringers". Esses profissionais produzem matérias para várias empresas simultaneamente, geralmente localizando-se em regiões periféricas, onde as redações tradicionais não consideram compensatória a permanência desses jornalistas. Uma das razões para essa decisão, explicitada neste trabalho e no gráfico anterior, são os critérios de valor-notícia.

Nesse contexto, Charleaux (2001) destaca a limitação das grandes agências internacionais em abordar questões relevantes aos países do Terceiro Mundo, devido à natureza de seu trabalho, seu público-alvo e seus interesses. Ele aponta a falta de espaço para histórias humanas e situações nem sempre decifráveis à primeira vista para um público estrangeiro.

Uma alternativa apontada por Charleaux (2001) são as agências cidadãs, ligadas ao Terceiro Setor, visando acabar com o estigma dos países pobres. No entanto, o autor também expõe questões problemáticas. Em uma entrevista com o jornalista português Jorge Manuel Ramalho, este relatou uma situação inusitada com seu jornal angolano, ao perceber que nem mesmo o consulado angolano no Brasil possuía uma assessoria de imprensa que oferecesse material necessário para a imprensa.

Quanto ao surgimento das agências cidadãs, Charleaux (2001) aponta outra problemática: embora a internet tenha democratizado o trabalho dessas agências, a tecnologia também possibilitou a proliferação de produtos de qualidade duvidosa. O autor faz referência à revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, destacando que o Caderno utilizou agências de países como Moçambique, Angola, Cuba e Guiné-Bissau, países frequentemente negligenciados pelos noticiários tradicionais.

Sartorato (2005) menciona o jornal "O Popular" em Goiânia, que, apesar de não possuir correspondentes, realiza uma cobertura internacional interessante, apresentando, no entanto, um trabalho inconstante. O autor aponta uma solução adotada pelo jornal para contornar esse problema: a manutenção de uma boa rede de contatos ao redor do mundo.

A crise no jornalismo político internacional é frequentemente discutida devido aos desafios mencionados. No entanto, em meio à democratização da internet, surgem novas alternativas para o jornalismo político internacional, como a manutenção de uma rede de contatos em diferentes locais.

2.4 JORNALISMO DE REVISTA

As revistas, enquanto veículos de publicação periódica, desempenham um papel crucial ao abordar temas de maneira mais aprofundada. De acordo com Freire (2010, p. 33), a produção dessas publicações requer uma abordagem específica, integrando novas interfaces e criando espaços que fomentem a sociabilidade, proporcionando uma compreensão crítica da sociedade. A definição apresentada pelo autor é significativa, pois abrange a essência da necessidade e relevância das revistas.

Adicionalmente, Azubel (2013) destaca que as revistas representam objetos e eventos, oferecendo uma compreensão única sobre eles. Durante a elaboração dos textos, os jornalistas engajam-se em um diálogo com os dados, enriquecendo a percepção, realizando sínteses e proporcionando sua visão singular sobre a história. Essa interação entre o jornalista e os elementos que compõem a narrativa contribui para uma abordagem mais enriquecedora e contextualizada, destacando o papel fundamental das revistas na construção de significados e interpretações para o leitor.

Atualmente, no contexto da convergência midiática, e apesar da queda de popularidade da versão impressa em comparação com as edições digitais e portais; as revistas - tanto impressas quanto digitais - enfrentam desafios significativos nos últimos anos, especialmente durante a pandemia. Segundo pesquisa realizada pelo Poder 360, a revista Veja foi uma das publicações mais impactadas, passando de cerca de 1 milhão de exemplares vendidos em 2014 para aproximadamente 144 mil atualmente.¹

Embora o mercado de revistas esteja em declínio, não se vislumbra a perspectiva iminente de seu desaparecimento. Assim como os vinis e CDs, a produção e venda de revistas devem persistir para aqueles que optam por esse tipo de material.

3 PROCEDIMENTOS NA ELABORAÇÃO DA REVISTA COSMOPOLÍTICA

3.1 PROJETO GRÁFICO

De acordo com Nunes (2013), a elaboração de um projeto gráfico exige do profissional de design um amplo conhecimento em áreas como artes plásticas e estética. Embora a linguagem textual represente a maior parte do conteúdo jornalístico de uma revista, a linguagem visual desempenha um papel fundamental na transmissão do conteúdo.

¹ Disponível: <https://www.poder360.com.br/economia/revistas-em-2020-circulacao-impressa-e-digital-despencam/>. Acesso em: 20 out. 2023.

A acessibilidade foi uma preocupação primordial, e, para abordá-la, elaboramos um formulário de feedback destinado às pessoas com deficiências (PcDs). No contexto do projeto gráfico, foi necessário incorporar elementos como legibilidade do texto, tamanho da fonte e descrições de imagens, além de tornar os formulários mais acessíveis. Tudo isso com o objetivo de contribuir para possíveis melhorias.

Todo projeto gráfico de uma revista é tradicionalmente composto por diversos elementos, incluindo capa, diagramação das páginas, tipografia, imagens e ilustrações, cores, grid e alinhamento, elementos gráficos, títulos e chamadas, hierarquia visual, página mestre, espaçamento e margens, acessibilidade, dimensões e formato do papel, acabamento, integração digital, consistência e identidade de marca. Em relação a esses elementos, foram tomadas decisões específicas, que serão apresentadas a seguir. No que se refere à capa, optou-se por uma abordagem minimalista, reduzindo a quantidade de chamadas, em consonância com a estética da revista *Foreign Affairs*. Antes de adentrarmos nos detalhes do projeto gráfico, é relevante ressaltar que a periodicidade da revista é semestral.

Além disso, para a produção da revista, identificamos algumas publicações que já operaram ou ainda operam no mercado jornalístico brasileiro e americano, no meio impresso. Algumas delas, embora não tivessem finalidade estritamente mercadológica, como é o caso da revista “JUCA”, produzida pelos alunos do Instituto Rio Branco e que presta homenagem ao patrono da diplomacia brasileira, contribuíram significativamente para a criação das pautas. Inserimos, então, no rol das revistas observadas - além da já mencionada - as revistas, *Cadernos do Terceiro Mundo*, *CEBRI*, *Le Monde Diplomatique Brasil* e a *Foreign Affairs*.

Em relação à “JUCA”, por exemplo, tivemos a percepção de que seus textos priorizavam experiências diplomáticas e questões relacionadas ao “soft power” brasileiro. Um exemplo notável foi uma matéria que explorava a disseminação do jiu-jitsu brasileiro pela família Gracie em diversas regiões do mundo, inclusive seu uso em contextos militares; e outra sobre o encontro marcante entre o maestro Spok e a Wynton Marsalis, no Recife.

As diferentes revistas analisadas contribuíram para o aprimoramento do estado da arte, pois elas fornecem um norte para a nossa produção, enriquecendo-a com uma diversidade de tópicos e perspectivas.

3.1.1. Capa

Conforme destacado por Trindade (2015), a capa de uma revista exerce uma função fundamental na definição de sua identidade visual, transmitindo e incorporando suas intenções.

Embora certos elementos gráficos sejam comuns a todas as revistas presentes no mercado, como o logotipo, é importante notar que variações significativas, seja no código cromático ou na quantidade de chamadas, devido à ampla margem de adaptação concedida ao designer, que ajusta esses elementos com base no público-alvo.

Nesse contexto, o presente trabalho, optou por uma abordagem visual mais “limpa” e “minimalista”. Essa escolha decorre da identificação do público-alvo. Vale ressaltar que a capa desempenha um papel como dispositivo midiático, contribuindo para a construção de um universo simbólico e de significados (Trindade, 2015).

Figura 1 - capa *cosmopolítica* idealizado pela autora



Fonte: Elaboração da própria autora.

3.1.2. Estilos tipográficos

Na pesquisa conduzida por Falcão, Aragão e Coutinho (2021), os autores propõem uma definição para fontes de texto que se baseia nas características anatômicas tradicionais dos caracteres alfanuméricos. Adicionalmente, estabelecem uma distinção entre fontes personalizadas e fontes de varejo. No processo de composição da revista, optou-se pelo

uso de fontes de varejo devido à natureza do projeto, bem como em virtude do reconhecimento e da familiaridade dessas fontes junto ao público leitor.

Nome da fonte/ Tamanhos utilizados

Logotipo: Cormorant Garamond (80)

Corpo do texto: Playfair Display (10) (12) (16)

Capitular: Ahsing (47)

Intertítulo: Playfair Display (18)

Linha fina: Arial (11,4)

Crédito de reportagem: Playfair Display (12)

Pergunta: Playfair Display (12)

Legenda: Playfair Display (12)

Crédito de foto: Agrandir Tight (8)

Olho/ citação: Cardo (18)

Crédito de página: Arial (11,4)

3.1.3. Cores

As cores exercem influência sobre a percepção humana, abrangendo aspectos físicos e psicológicos, podendo também se transformar em símbolos dentro de uma sociedade. Um exemplo notável é o símbolo da cor vermelha associado à paixão. A escolha de cores é uma ferramenta amplamente empregada na comunicação, marketing e em outras áreas que fazem uso de recursos visuais.

Ao longo do período das vanguardas europeias, diversas abordagens no uso das cores foram adotadas para compor suas respectivas escolas (Pérez e Bastos, 2011). Conforme observado por Pérez e Bastos (2011, p.13), a cor desempenha três funções significativas para o indivíduo: a função de impressionar, a função de expressar e a função de construir.

Com base nessa perspectiva, para compor a revista, foram selecionadas quatro cores principais no seu código cromático: vermelho, azul, verde e bege. A seguir, é apresentado o código cromático, incluindo a descrição de cada cor e as seções onde cada uma delas foi aplicada.

Dessa maneira, ao considerar a definição do nosso público-alvo, bem como das personas, optamos por escolher cores neutras, bem como tipografia de varejo. Todas essas escolhas são resultado de nossas pesquisas.

Vermelho



Capa

Referência: #CB4222

Verde musgo



Seções 1; 6;

Referência: #908A35

Azul caneta



Seção 2; 7;

Referência::#557BA8

Preto



Seção 3; 8;

Referência:#0E0D0A

Cinza



Seção 5;

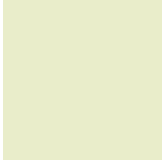
Bege



Seção 4;

Referência: #100C24

Verde claro



Seção 9

Referência: #CB4222

3.1.4. Grid

A aplicação do grid desempenhou um papel essencial na organização das páginas da revista. Este representa um passo fundamental no processo de diagramação, determinando com precisão a disposição do texto. Ao desenvolver de um projeto, diversas variações de grids podem ser empregadas, tais como os grids modular de largura variável, em blocos, hierárquico, baseline, grade (Framework), áureo, revista, livro, responsivo e de fluxo (Flow Grid).

Em nossa abordagem, optamos pelo uso predominante pelo uso do grid de duas colunas, também conhecido como grid simétrico. Essa escolha está alinhada com as definições propostas por Ambrose e Harris (2009) em sua obra referencial sobre design e diagramação.

Assim, a implementação do grid grid na revista permitiu uma organização coerente e eficaz das informações, atendendo aos princípios fundamentais do design editorial e às diretrizes estabelecidas pelos autores mencionados. Abaixo, são exibidos um modelo grids assimétricos e simétricos, apresentados da esquerda para a direita.

Figura 2 - grid assimétrico



Figura 3 - grid simétrico



Fonte: Elaboração da própria autora

Fonte: Elaboração da própria autora

3.1.5. Logotipo

Durante o processo de desenvolvimento da revista, foram realizados vários textos de logotipos. Inicialmente, esboçamos a primeira versão da logo, como ilustrado na Figura a seguir.

Figura 4 - Primeiro Esboço Elaborado pela Autora



Fonte: Elaboração da própria autora.

Após analisarmos o primeiro modelo de logotipo, refinamos o design para chegar ao resultado final. Nesse estágio, decidimos destacar a palavra “política”, aplicando formatação em negrito e sublinhado. O resultado final do logotipo pode ser visto abaixo.

Figura 5 - Segundo Esboço Elaborado Pela Autora.



Fonte: Elaboração da própria autora

3.1.6. Espelho editorial revista

Para compreender integralmente a estrutura da revista, é fundamental obter uma visão abrangente da publicação como um todo. A criação de um espelho editorial tem como propósito representar o fluxo de produção, a sequência lógica e a coerência do conteúdo, além de determinar a quantidade de páginas a serem utilizadas na revista.

Conforme indicado pela editora Abril em um artigo divulgado em seu portal, o espelho pode ser equiparado a um “mapa” da revista. Nele, são incluídos elementos como o nome da publicação, a edição, a data de publicação, a paginação, os diferentes cadernos que a compõem, a marcação do centro da estrutura da revista, a alocação das páginas editoriais, a distribuição dos anúncios publicitários e outros aspectos relevantes.

A editora Abril fornece um modelo de espelho editorial a fim de exemplificar essa abordagem. Esse recurso desempenha um papel fundamental na organização e planejamento da revista, garantido a consistência e a eficácia na comunicação do conteúdo.

Figura 6 - Espelho editorial da Veja

Fonte: Página do Grupo Abril²

² Disponível em: <<https://bccdev.ime.usp.br/tccs/2004/tkaneto/abrilEspelho.htm>>. Acesso em: 10/10/2023

No âmbito do projeto, estabelecemos que a extensão ideal para a revista seria de 60 páginas, distribuídas em 15 seções distintas. Em seguida, desenvolvemos um espelho próprio, inspirado no modelo da Abril, que serviu como referência para a estrutura da nossa publicação. O espelho criado pela autora delineia claramente as seções e estabelece estimativas para a quantidade de páginas alocadas em cada uma delas, oferecendo uma visão abrangente da composição planejada para a nossa revista.

Figura 7 - Espelho editorial cosmopolítica

Capa	Conteúdo	Editorial	Temas	Do mundo	Do mundo	Do mundo	Brasil
Brasil	Texto da capa	Texto da capa	Texto da capa	Texto da capa	Assuntos	Relações internacionais	Idéia ambiente
Muito conteúdo	Justa/contraponto	Brasil	Jornalismo	Artigo de opinião	Debate	Cultura	Resenha
Change	Conteúdo						

Fonte: Elaboração da própria autora.

3.1.7. Espaço destinado à publicidade

De acordo com o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), as publicidades veiculadas nos meios de comunicação devem respeitar as normas do país, como está explicitado no artigo 1. O artigo 15, também reafirma a imperatividade dos padrões éticos de conduta, os quais devem ser observados por todos os envolvidos nas atividades publicitárias, sejam elas jornalistas ou publicitários.

É crucial salientar, ademais, a distinção existente entre os termos “publicidade” e “propaganda”. Embora esses conceitos possuam significados aparentemente semelhantes, não são sinônimos. O primeiro tem uma finalidade estritamente econômica e mercadológica, ao passo que o segundo carece de caráter econômico, como enfatizado por Costa (2017)

O autor Costa (2017) destaca que essa diferenciação é contemplada no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CBAP). Em relação à revista Cosmopolítica, destinamos 3,33% das páginas, equivalente a 2 páginas do total da revista.

3.1.8. Pautas

a) Seção 1 - Memória

Tema: O centenário de Rui Barbosa

Contexto e perspectiva: No ano de 2023, comemora-se o centenário da morte do político brasileiro Ruy Barbosa. A página oficial do Senado Federal prestou homenagem à data. O objetivo desta seção é homenagear algumas personalidades da política brasileira. Para a edição, abordamos a vida e obra do escritor baiano.

Questões direcionadoras:

A – Qual foi a contribuição de Ruy Barbosa na Conferência de Haia?

B- Como se desenvolveu a trajetória de Ruy Barbosa no Brasil?

b) Seção 2 - Brasília

Tema: O Plano Nacional de Educação irá incorporar o Encceja Exterior como novo objetivo.

Contexto e perspectiva: No dia 27 de junho de 2023, foi aprovado o projeto de lei 2.209/2022, proposto pela senadora Dorinha Seabra (União-TO), visando aprimorar o Plano Nacional de Educação com políticas para o acesso à educação aos brasileiros no exterior. O certificado de Competência de Jovens e Adultos no Exterior (Encceja).

Questões direcionadoras:

A – Em quais países a prova do Encceja, foi aplicada?

B – Quem são os beneficiários do Encceja?

c) Seção 3 - Capa

Tema: A Perseguição política na Nicarágua

Contexto e perspectiva: Em 09/08 a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou uma moção de solidariedade às freiras expulsas da Nicarágua. Na notícia informava que quatro religiosas brasileiras foram presas e deportadas devido à intolerância religiosa. A abordagem da revista é centrada no jornalismo humanitário, proporcionando uma narrativa às freiras vítimas de intolerância.

Questões direcionadoras:

A - Como funciona o regime político da Nicarágua?

B – Quais foram as razões da perseguição a essas freiras?

C - O que contribuiu para longevidade no poder de Daniel Ortega?

d) Seção 4 - Itamaraty

Tema: Reforma do Itamaraty do Rio de Janeiro

Contexto e perspectiva: O Banco BNDES anunciou empréstimo para a reforma do museu do Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro.

Questões direcionadas:

A - Qual é o propósito da nova reforma?

B - Por que é importante preservar o arquivo do museu?

e) Seção 5 - Relações Bilaterais

Tema: Brasil e Japão

Contexto e perspectiva: Esta seção tem como objetivo destacar as relações bilaterais do Brasil com outros países. Na edição piloto, escolhemos as relações entre Brasil e Japão.

Questões direcionadas:

A- Quando iniciaram as relações bilaterais entre o Brasil e o Japão?

B- Quais acordos de cooperação técnica e comerciais foram estabelecidos entre esses dois países?

f) Seção 6 - Meio Ambiente

Tema: COP-28: Expectativas e desafios em pauta

Contexto e perspectiva: O Brasil tem como prioridade em sua agenda a pauta do meio ambiente, evidenciada, por exemplo, na promoção da Cúpula da Amazônia que reúne um grupo PanAmazônico.

Questões direcionadas:

A - Quais são os avanços e promessas que ocorrem na COP-28?

B - Como o Brasil e outros países do Sul Global, promovem discussões sobre as mudanças climáticas?

C - Quais são os objetivos alcançados e esperados da diplomacia brasileira nesses organismos multilaterais?

g) Seção 7 - Panorama Internacional

Tema: Panorama Internacional

Contexto e perspectiva: Informar os acontecimentos mais relevantes na sociedade internacional por meio de pequenas notícias. Nesta seção, pretende-se dar atenção às regiões que não aparecem frequentemente na revista.

Questões direcionadas:

- A - Quais são as notícias mais relevantes na América do Norte, Especialmente nos os Estados Unidos?
- B - Quais são as notícias mais relevantes na Oceania?
- C - Quais são as notícias mais relevantes na Europa?
- D - Quais são as notícias mais relevantes nos demais continentes?

h) Seção 8 - Ásia

Tema: O barril de pólvora no Oriente Médio: o interminável conflito entre Israel e Palestina

Contexto e perspectiva: No dia 7 de outubro de 2023, o grupo Hamas, que reivindica a autodeterminação da Palestina, lançou um ataque ao território de Israel, resultando em uma número significativo de vítimas.

Questões direcionadas:

- A - Quais foram as razões do ataque no dia 7 de outubro de 2023?
- B- Como são conduzidas as tentativas de autodeterminação da Palestina?
- C- Qual foi a postura da diplomacia brasileira diante do conflito?

g) Seção 9 - África

Tema: Como a África sofreu 7 golpes de estados em tão pouco tempo?

Contexto e perspectiva: Os sete golpes de estado em um curto espaço impulsionaram a elaboração deste texto, que busca correlacionar entre as ex-colônias africanas (françafrique) com a instabilidade na região.

Questões direcionadas:

- A- Quais são as razões e motivos da instabilidade no Sahel?
- B- Qual é a participação dos grupos terroristas na instabilidade?
- C- Como as ex-colônias francesas (françafrique) dependem financeiramente da França?

D- Quais são as perspectivas para a região?

h) Seção 10 - América Latina

Tema: Eleições na Argentina: Massa ou Milei?

Contexto e perspectiva: Em 2023, a Argentina passará por eleições presidenciais. Com o segundo turno entre dois candidatos, Javier Milei, de extrema-direita, e Sérgio Massa, peronista e atual ministro da economia. O objetivo é compreender as razões para a popularidade da extrema direita no país.

Questões direcionadas:

A- Quais são as razões para a crise econômica na Argentina?

B- Como Javier Milei conseguiu conquistar um público tão jovem?

i) Seção 11 - Organização Internacional e multilateralismo

Tema: Integração Regional: Mercosul

Contexto e perspectiva: O Mercosul representa o maior bloco de integração regional na América Latina. Neste texto, busca-se explicar o funcionamento desses organismos no desenvolvimento da região.

Questões direcionadas:

A- Qual foi o contexto e motivação por trás da criação do Mercosul?

B- Quais são os órgãos decisórios que desempenham papel crucial no Mercosul?

C- Como o Tratado de Assunção contribuiu para a formação e diretrizes do Mercosul?

j) Seção 12 - Opinião

Tema: A incorporação de novo estados no Brics

Contexto e perspectiva: O bloco do Brics incorporou novos estados à instituição. O objetivo do artigo de opinião é argumentar sobre se essa decisão foi benéfica ou prejudicial para o Brasil.

k) Seção 13 - Direitos Humanos

Tema: Trabalho escravo

Contexto e perspectiva: O Brasil é signatário de inúmeros organizações multilaterais que comprometem-se firmam com tratados de Direitos Humanos, incluindo aqueles relacionados ao combate do trabalho escravo.

l) Seção 14 - Cultura

Tema: Culinária afetiva e secular

Contexto e perspectiva: O objetivo desta seção é discorrer sobre a origem da sopa.

m) Seção 15 - Resenha

Tema: “O insulto”, resenha de um áudio visual.

3.9 Diagramação e finalização

Na elaboração da a diagramação foram empregadas ferramentas específicas, notadamente o aplicativo Canva, e o software Photoshop foi utilizado para aprimorar determinadas imagens. Cabe destacar que a seleção de imagens, em sua maioria, provém do domínio público disponibilizado pelo motor de busca Google.

3.10 Impressão e acabamento

A execução da impressão requer a verificação pelo editor da prontidão do arquivo, compreendendo uma revisão minuciosa de eventuais falhas textuais e de design. No que concerne à qualidade de impressão das imagens, é imperativo que estas estejam configuradas conforme os padrões do modelo de cores CMYK. Subsequentemente, a seleção de uma gráfica se dá mediante uma avaliação, considerando o orçamento previamente estabelecido.

3.11 Veiculação e viabilidade do projeto

Para a divulgação, optou-se inicialmente pela circulação da revista "Compolítica" em formato impresso. Apesar do contexto recente, caracterizado por inúmeras inovações no campo do jornalismo, notadamente com o surgimento de startups no médio digital, exemplificado pela empresa especializa em Direito, o portal Jota (Bittencourt, 2018), nosso projeto mantém sua ênfase na mídia impressa. No entanto, à semelhança do Jota, nossa proposta visa introduzir inovações no mercado editorial brasileiro.

Com o **objetivo** de gerar receita, as edições serão disponibilizadas mediante assinaturas pagas, atendendo a uma demanda previamente estabelecida, evitando tiragens excessivamente amplas. Considerou-se, ademais, a possibilidade de promover eventos relacionados ao tema da revista e comercializar produtos vinculados à marca editorial.

3.12 Orçamento

Os custos iniciais essenciais para viabilizar o projeto e assegurar a conformidade com a regulação brasileira compreendem o registro da marca junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), a criação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como a autenticação em cartório com o nome do editor-chefe. O processo de registro de marca, conduzido pelo INPI, demanda aproximadamente um ano para conclusão.

Dado que os custos podem variar em consonância com as demandas específicas do projeto, foi imprescindível estabelecer valores fictícios para propiciar uma visualização mais precisa do planejamento. Quanto à revista impressa, projetou-se a venda de 200 exemplares por semestre. Caso esses números sofram alterações ao longo do tempo, torna-se necessário ajustes nos quadros orçamentários. Nesse cenário, é prudente reconhecer que alguns valores apresentados são puramente ilustrativos, ao passo que outros são fixos, a exemplo dos tributos (INPI, CNPJ, etc.). Consequentemente, a avaliação e reavaliação contínuas do orçamento são cruciais para a obtenção de resultados satisfatórios.

Quadro 1 - Orçamento da revista

Custos iniciais e de Tributos

Descrição	Qntd	Preço (Reais)	Observações
INPI (registro do nome para a revista digital e impressa)	1	718,00	O registro deve ser renovado a cada 10 anos
CNPJ	1	500	
Programador	1	600 a 10.000	
Matrícula no cartório		A definir	
Mão de obra – 1 jornalista e 1 Designer	2	3.628 (cada)	A mão de obra pode aumentar mediante a demanda.
Agências cidadãs		A definir	
Colaboradores de conteúdo	5	A definir	

Fonte: Elaboração da própria autora

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar as lacunas presentes nas revistas que atuam no mercado, com o intuito de propor melhorias para uma nova revista em jornalismo político internacional. Ao longo do processo, foram conduzidas pesquisas aprofundadas sobre o público-alvo, persona e uma minuciosa pesquisa editorial.

Durante a elaboração da revista, conduzimos um total de três entrevistas, a maioria delas em português, com exceção de uma realizada em espanhol. Consideramos a possibilidade de uma entrevista com um residente do Mali para a seção da África, mas essa opção se tornou inviável devido a restrições de tempo. Todas as entrevistas foram conduzidas via WhatsApp ou e-mail.

Ao longo do processo de produção, alguns entrevistados optaram por manter sua identidade em sigilo, devido ao receio com perseguições. Além disso, a maioria dos textos consistem em revisões bibliográficas.

O processo de elaboração teve início em agosto deste ano e foi concluído em 23 de outubro de 2023. Dado o caráter dinâmico do jornalismo político internacional, várias pautas se tornaram obsoletas durante o processo de produção. Como resultado, foram necessárias diversas modificações ao longo do tempo, especialmente quando surgiram notícias inesperadas, como o conflito Israel-Palestina. Originalmente estava previsto abordar o aumento das restrições aos direitos das mulheres no Irã.

Além das alterações na seção sobre a Ásia, também fizemos modificações na seção de modificações na seção da América Latina. Devido a um erro de organização, percebemos que a edição do projeto piloto só seria lançada após o primeiro turno das eleições na Argentina. Isso nos permitiu atualizar as informações eleitorais antes da apresentação do trabalho.

No entanto, alguns resultados obtidos revelaram limitações significativas, destacando-se a indefinição do orçamento e a viabilidade do projeto, aspectos que não puderam ser conclusivamente estabelecidos. Além disso, a análise dos critérios de noticiabilidade, baseada em apenas duas edições das revistas em questão, impôs uma restrição adicional, comprometendo a abrangência dos resultados.

A escassez de tempo foi uma limitação crucial deste TCC, impedindo a realização de entrevistas com profissionais da área. A autora, devido à falta de tempo, precisou dedicar-se à

diagramação, redação do relatório e produção dos textos para a revista, prejudicando a oportunidade de incorporar valiosos insights dos especialistas no campo do jornalismo político internacional.

Outro desafio enfrentado foi a limitação de recursos financeiros, evidenciando que a produção desse tipo de jornalismo, especialmente sem correspondentes, é uma tarefa bastante complexa. Buscamos alternativas, como a criação de uma rede de contatos, para superar as restrições financeiras e garantir uma abordagem mais abrangente.

Diante dessas limitações, é fundamental reconhecer que este TCC oferece uma visão parcial da complexidade do jornalismo político internacional. Contudo, as reflexões e insights gerados durante este processo fornecem uma base sólida para futuras investigações e aprimoramentos na abordagem do tema. A conscientização sobre as limitações enfrentadas é crucial para orientar pesquisas futuras e a implementação de estratégias mais eficazes na cobertura jornalística internacional.

REFERÊNCIAS

- AGNEZ, Luciane Fassarerlla. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. Instituto de educação superior brasileira (IESB). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2 jul-dez. 2015. ISSN: 1984-6924.
- AGUIAR, P. **Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil**. 2008. 17 p. Artigo (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/2908446/Por_uma_Hist%C3%B3ria_do_Jornalismo_Internacional_no_Brasil. Acesso em: 31 out. 2023.
- AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Design básico: grids**. Porto Alegre: Bookman, 2009
- AZUBEL, L. L. R. Jornalismo de revista: um olhar complexo. **RuMoRes**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.58942. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942>. Acesso em: 20 out. 2023.
- CHARLEAUX, João Paulo. “Olhai (direito) pra nós!” **Revista Pangea**, 2001 (publicação online) Disponível em: [\[http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=94&ed=9\]](http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=94&ed=9). Disponível em: 20 out. 2023
- COSTA, Clério Rodrigues da. **O controle da publicidade ilícita pelo CONAR e a proteção dos consumidores**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2017.
- A MAIORIA dos africanos não emigra para onde você (possivelmente) pensa **El País**, São Paulo, 11 jan. 2018. Disponível em: [\[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/11/internacional/1515674435_555866.html\]](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/11/internacional/1515674435_555866.html).
- ELHAJJI, Mohammed; AGUIAR, Pedro. **Apostila de Jornalismo Internacional**. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. 110 p.
- FALCÃO, Luiza; ARAGÃO, Isabella Ribeiro; COUTINHO, Solange Galvão. A estruturação de um método para a criação de fontes de texto: uma proposta direcionada ao ensino do design de tipos. **Estudos em Design** | Revista (online). Rio de Janeiro: v. 29, n. 3 , p. 130 2021. ISSN 1983-196X
- FREIRE, Marcelo. Do Armazém à Amazon: Uma Proposta de Tipologia das Revistas Digitais Através dos Gêneros Jornalísticos. : **Jornalismo De Revista Em Redes Digitais**, Graciela Natansohn (Organizadora), Edufba, Salvador, p. 29-58, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16777/1/jornalismo-de-revista-em-redes-digitais.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- IPEA. **Atlas da Violência v.2.7/Mapa**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20..> Acesso em: 20 de out. 2023.
- LOVIZON, Kamila Ágatha; VICTOR, Cilene. Os critérios de noticiabilidade na perspectiva do jornalismo humanitário. In: CONGRESSO Metodista de Iniciação Científica, 2020, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: [s.n], 2020.

MONTEIRO, Ana Carolina Oliveira. **Oriente e mídia:** representação orientalismo e contra hegemonia. 2010. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NATALI, J. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais:** correntes e debates Rio de Janeiro: GEN . Ed.atlas, 2021. 250f.

NUNES, Nayana. Comunicação visual: a importância do design gráfico na produção do layout da Revista Capricho. *In:* CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 15, 2013, Mossoró/RN. **Anais [...]**. Mossoró/RN: Intercom, 2013.

PEREIRA, C.P. A cobertura jornalística do Iraque nos jornais Folha de S.Paulo (Brasil) e El País (Espanha). *In:* CONGRESSOS BRASILEIROS DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: [s.n], 2005.

PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho; FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blucher. 2013, 173f.

YAHYA, Hanna. Revistas sofrem grande queda de circulação impressa e digital em 2020. **PODER 360**, 14 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/revistas-em-2020-circulacao-impressa-e-digital-despencam/>. Acesso em: 20 out. 2023.

SANCHES, Lilian. **A cobertura de ataques terroristas na sociedade em rede: Os atos em Mogadíscio e Paris na perspectiva de cinco veículos jornalísticos**. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

SARTORATO, E. S. (2005). **Correspondência Internacional, Privilégio da Grande Mídia**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2005, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. 62f.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1988.

SCOTT, Martin. What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering. **Public Media Alliance**, [S.1], maio 2017. Disponível em <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>. Acesso em: [11 out.2023].

TRINDADE, Vanessa Costa. A capa de revista como dispositivo midiático. **Intercom**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG.

O ESPELHO abril. **Grupo Abril**, [s.d.]. Disponível em: <https://bccdev.ime.usp.br/tccs/2004/tkaneto/abrilEspelho.htm>. Acesso em 20 de out. 2023.

VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian; DELFIM, Rodrigo Borges. Deslocamentos Forçados no Oriente Médio e o Ciclo de Vida do Refúgio na Turquia e Líbano - Da Cobertura Factual ao Jornalismo Humanitário. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 43–64, set. 2021.

VICTOR, Cilene. Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. **Líbero** (FACASPER), São Paulo, v.19, n.37, p.45-62, 2016.

HICKY'S Bengal Gazette. **World History Commons**, s.d. Disponível em: <https://worldhistorycommons.org/hickys-bengal-gazette>. Acesso em: 22 nov. 2023.

COX, R.; SINCLAIR, T. ***Approaches to World Order***. Cambridge: Cambridge University Press. 1996. (Cambridge Studies in International Relations) Disponível em: doi:10.1017/CBO9780511607905. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

APÊNDICE A

Identificação do Público alvo e das Personas

Público-alvo

Segundo Williams (2011) e Agnez (2015), o jornalismo político internacional é mais oneroso para os jornais, uma vez que as empresas jornalísticas necessitam suportar os custos associados à manutenção de correspondentes internacionais no exterior. Adicionalmente, seu público é mais restrito, o que resulta em receitas limitadas para o jornal.

Em decorrência dessas considerações, observou-se que o público-alvo da revista é predominantemente constituído por indivíduo com ensino superior completo ou pós-graduação, independentemente do gênero, que optam pela leitura do jornal impresso e demonstram interesse em temáticas relacionadas a direitos humanos, política internacional, diplomacia e meio ambiente. Além disso, esses leitores tendem a possuir uma renda fixa de, pelo menos, cinco salários mínimos.

4.1.3 Personas

Persona 1:

Laura, 27 anos, é uma mulher dedicada à sua carreira acadêmica e ao seu enriquecimento cultural. Ela possui um bacharelado em Direito e mestrado em Direitos Humanos, e atualmente está cursando o doutorado em Ciências Políticas. Solteira e independente, Laura reside em um confortável apartamento situado em um bairro de classe média na zona metropolitana do Recife.

Nos momentos de lazer, Laura desfruta da leitura de notícias que abordam assuntos relacionados ao exterior, especialmente aqueles relacionados à História, Geografia, Direitos Humanos e Atualidades. Seu interesse por novas culturas é evidente, e ela frequentemente reserva tempo para explorar restaurantes que servem pratos estrangeiros, como os indianos e coreanos.

A curto prazo, seus objetivos incluem se tornar uma professora universitária, pois Laura é apaixonada pela vida acadêmica e tem afinidade especial com a produção de artigos. Em sua rotina diária, ela dedica uma parte da manhã para se manter atualizada sobre os acontecimentos na política, tanto a nível nacional quanto internacional. Devido à sua agenda corrida durante a

semana, ela prefere realizar suas leituras por meio de newsletter e canais do Telegram, otimizando assim seu tempo de estudo e pesquisa.

Persona 2:

Ennio, com 33 anos de idade, é formado em Relações Internacionais e atualmente trabalha em uma empresa de advocacia, prestando assessoria no setor de comércio exterior. Ele desempenha suas funções durante dois turnos e é casado, residindo na região de classe média alta de Belo Horizonte.

Ennio possui um profundo interesse pela natureza, sustentabilidade e ecologia, refletindo em seu hábito de cultivar plantas e seu estilo de vida vegetariano. Além disso, ele é um ávido ciclista. Em seu tempo livre, Ennio se dedica a assuntos relacionados ao trabalho, como economia e política, e também se envolve em tópicos ligados aos seus hobbies, como questões ambientais.

Em sua busca por aprimoramento profissional, ele planeja, a curto prazo, estudar para o concurso de analista do comércio exterior. Em sua rotina diária, ele acompanha as notícias em tempo real, especialmente por meio do Twitter, devido à dinamicidade da plataforma. O Twitter também é a sua rede social favorita, pois lhe permite interagir com seus colegas de trabalho e se manter atualizado sobre eventos.

Persona 3:

Gabriel, com 50 anos de idade, é graduado em Economia e exerce a função de oficial de chancelaria no Ministério das Relações Exteriores. Ele é casado e reside em Brasília, em uma região de classe média.

Ele tem profundo interesse em tópicos relacionados à economia e a política. Em seu tempo livre, aprecia a leitura de clássicos da literatura, como as obras de Shakespeare, e também nutre uma paixão pela história da arte. Além disso, é um entusiasta colecionador de moedas.

No curto prazo, Gabriel planeja uma mudança para o exterior devido a oportunidades profissionais. Por esse motivo, ele mantém-se bem informado sobre notícias globais. Gabriel opta por ler notícias em seu computador, fazendo pausas durante o trabalho para se manter atualizado. Além disso, ele assina uma revista impressa, pois prefere as notícias em formato físico em vez dos digitais, embora ainda as leia pela internet quando necessário.

Persona 4:

Lygia, com 72 anos de idade, é aposentada e possui uma sólida formação em Geografia. Ela dedicou a maior parte de sua carreira como professora titular em uma universidade pública, concentrando-se principalmente na área de geopolítica. Além disso, Lygia mantém um forte interesse por assuntos relacionados à política, economia e diplomacia.

Em seu tempo de lazer, Lygia aprecia escutar música e podcasts, encontrando satisfação em consumir café enquanto assiste notícias na televisão. Ela é uma presença frequente na cafeteria próximo à sua casa, onde desfruta de momentos de entretenimento assistindo a novelas e telejornais.

No curto prazo, Lygia tem planos de se dedicar ainda mais à prática de seus hobbies, que incluem o estudo de línguas estrangeiras, como o Russo. Embora prefira assistir às notícias que são transmitidas na TV, ela não descarta a possibilidade de consumir informação por meio de redes sociais, como o Facebook e o Youtube.

APÊNDICE B

Detalhamento das seções da revista

As seções foram divididas em 15 partes: Memória, Brasília, Capa, Relações Bilaterais, Meio Ambiente, Panorama Internacional, Ásia, África, América Latina, Organizações Internacionais, Opinião, Direitos humanos, Cultura, Resenha. Ela se estende por 60 páginas. A seguir, apresentaremos uma descrição detalhada de cada uma delas. Para a elaboração de cada, utilizamos como referência a revista “Cadernos do Terceiro Mundo”. Similarmente a este, a “*Cosmopolítica*” dedica um espaço específico para as notícias relacionadas à Política Externa, com ênfase nos acontecimentos em Brasília, juntamente com uma cobertura ampla de questões de alcance internacional. Adicionalmente, arquitetamos algumas adaptações ao elaborar seções inteiramente voltadas para regiões, tal como ocorre na seção de África, Ásia e América Latina.

a) Quadro 2 - Seção 1 - Memória

O que se insere	O que não se insere
- Homenagens, tributos, à personalidades ligadas à política brasileira, em especial a diplomacia.	- Homenagens a políticos locais, vivos, que não possuem nenhuma correlação com a temática.

b) Quadro 3- Seção 2 - Brasília

O que se insere	O que não se insere
- Cobrir as notícias que são discutidas na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).	- Cobrir a política nacional; quando ela não interfere na política exterior.

c) Quadro 4 - Seção 3 - Capa

O que se insere	O que não se insere
- A matéria principal da revista, ela se encontra em formato de grande reportagem ou um perfil.	- Outros gêneros que não estejam em formato de perfil ou de Grande Reportagem.

d) Quadro 5 - Seção 4 - Itamaraty

O que se insere	O que não se insere
- Notícias relacionadas ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).	- Notícias relacionadas à outros ministérios, instituições, que não abordam aspectos do exterior.

e) Quadro 6 - Seção 5 - Relações Bilaterais

O que se insere	O que não se insere
- As relações bilaterais do Brasil com os seus demais parceiros econômicos.	- As relações bilaterais de países que não incluem o Brasil, como EUA e Japão.

f) Quadro 7 - Seção 6 - Meio Ambiente

O que se insere	O que não se insere
- Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. - Racismo ambiental - As consequências climáticas em países periféricos e em desenvolvimento. - Os fenômenos climáticos	- Desastres naturais

decorrentes da ação humana.	
-----------------------------	--

g) Quadro 8 - Seção 7 - Panorama Internacional

O que se insere	O que não se insere
- Um recorte de notícias sobre Europa, Oceania e América do Norte. É um espaço destinado para essas regiões, que não aparecem com muito destaque na revista. - Clipping das notícias mais relevantes.	- Texto grandes, o objetivo é transmitir informações e notícias pequenas.

h) Quadro 9 - Seção 8 - Ásia

O que se insere	O que não se insere
- Reportagens, entrevistas relacionadas à Ásia.	- Demais continentes

i) Quadro 10 - Seção 9 - África

O que se insere	O que não se insere
- Reportagens, entrevistas relacionadas à África.	- Demais continentes

j) Quadro 11 - Seção 10 - América Latina

O que se insere	O que não se insere
- Reportagens, entrevistas relacionadas à América Latina.	- Demais continentes

k) Quadro 12 - Seção 11 - Organizações Internacionais e Multilateralismo

O que se insere	O que não se insere
- Pautas relacionadas à atuação do Brasil nos organismos multilaterais. - Aspectos da integração regional . - Organismos internacionais.	- Fóruns internacionais. Ou seja, que não celebram tratados.

l) Quadro 13 - Seção 12 - Opinião

O que se insere	O que não se insere
- Artigos de opinião.	- Demais gêneros textuais.

m) Quadro 14 - Seção 13 - Direitos Humanos

O que se insere	O que não se insere
- Temas que se relacionam com os Direitos Humanos	- Temas que não se relacionem com os Direitos Humanos.

n) Quadro 15 - Seção 14 - Cultura

O que se insere	O que não se insere
- Textos sobre culinária, festas tradicionais, música, dança e artes plásticas.	- Resenha de livros e filmes.

o) Quadro 16 - Seção 15 - Resenha

O que se insere	O que não se insere
- Resenha de livros e filmes sobre alguma temática das Relações Internacionais.	- Resenha de assuntos que a seção de cultura cobre.

APÊNDICE C

A fim de efetuar comparações e análises mais abrangentes acerca dos pontos fortes e fraquezas das revistas que atuam no mercado, procedeu-se a uma minuciosa observação do conteúdo editorial de duas publicações. A escolha recaiu sobre a edição de janeiro de 2021 do "Le Monde Diplomatique Brasil" e a edição de maio e junho de 2023 da revista norte-americana "Foreign Affairs". Embora essas revistas não compartilhem o mesmo mercado, pois operam em países diferentes, a escolha deliberada de uma revista estrangeira se deve, em grande parte, à escassez de publicações nacionais que abordam tal temática. A maioria dos veículos de comunicação que se dedicam a assuntos semelhantes - nos dias de hoje - são portais digitais, como o Opera Mundi e o Petit Journal. A comparação entre essas duas revistas têm por finalidade avaliar o design gráfico e do conteúdo editorial de ambas.

Revista *Le Monde Diplomatique Brasil*

O *Le Monde Diplomatique* é um jornal francês fundado, em 1954, por um diplomata chamado François Honti. A linha editorial do jornal é de esquerda e inclui a defesa de uma visão alternativa da globalização e dos países do Terceiro Mundo. Além da edição francesa, ela conta com diversas edições estrangeiras, que abordam temas relacionados à Europa, à América Latina e ao Mundo Árabe.

Em suas edições estrangeiras, até 20% do conteúdo é produzido por equipes locais. A edição brasileira do jornal foi inaugurada em 1999 no meio online, e em 2007 estreou no formato impresso. Atualmente, o *Le Monde Diplomatique Brasil* possui um site, uma revista impressa e uma forte interação nas redes sociais. No Youtube, por exemplo, produzem mini-documentários e reportagens.

A seguir, são exibidas as capas das edições da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, referentes aos meses de janeiro de 2021 e junho de 2023, apresentadas da esquerda para a direita.

Figura 8- Capa Janeiro de 2021



Figura 9- Capa Janeiro de 2023



Fonte: Página do Le Mond Diplomatique ³

Fonte: Página do Le Mond Diplomatique⁴

Quanto à análise dos dois produtos, foram tecidas considerações dentro dos seguintes tópicos: design da capa, layout interno, tipografia, uso de cores, fotografia e ilustrações, organização de conteúdo, tamanho e formato, estilo de escrita, títulos e chamadas, publicidade, qualidade de impressão, consistência visual, originalidade, usabilidade, integração digital, relevância dos conteúdos, precisão das informações, profundidade do conteúdo, variedade dos tópicos, qualidade das entrevistas e originalidade do conteúdo. Em seguida, foram percebidos os pontos positivos e negativos das respectivas revistas analisadas e ao final foi apresentado algumas sugestões.

Quadro 17 - Análise da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição janeiro 2021

Aspectos	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Design da Capa	É atraente, chamativo e original.	
Layout Interno		É pouco atrativo, todos os textos seguem o mesmo padrão gráfico.
Tipografia	As fontes são adequadas.	

³ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicoes/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

⁴ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicoes/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

Uso de Cores		A revista carece de variedade de cores, pois as páginas são predominantemente brancas.
Fotografia e Ilustração	As imagens e ilustrações são boas.	
Organização de Conteúdo		A sequência é confusa, pois carece de seções bem definidas.
Tamanho e Formato	O tamanho é apropriado ao conteúdo.	
Estilo de Escrita		Alguns textos são pouco atraentes.
Títulos e Chamadas		Apresenta chamadas vagas e grandes.
Publicidade		A publicidade não interage muito bem com o layout.

Qualidade de Impressão	A impressão é nítida e de alta qualidade	
Consistência Visual	O estilo visual é uniforme em toda a revista.	
Originalidade		Parte do conteúdo é reciclado.
Usabilidade		Não possui boa usabilidade.
Integração Digital (redes sociais)	A presença online é eficaz.	
Relevância do Conteúdo	O conteúdo editorial é relevante.	
Precisão das Informações		A revista contém informações imprecisas.

Profundidade do Conteúdo	As análises são aprofundadas e informativas.	
Variedade de Tópicos		Apresenta alguns tópicos repetitivos.
Qualidade das Entrevistas	As entrevistas são bem conduzidas e informativas.	
Originalidade do Conteúdo		Apresenta abordagens convencionais e falha ao deixar de explorar outros temas.

Fonte: Elaborado pela autora

Revista *Foreign Affairs*

A revista “A Foreign Affairs” é uma publicação americana que circula desde sua fundação em 1922. Com periodicidade bimestral, a revista aborda temas relacionados à política externa e às relações internacionais. É editada pelo Conselho de Relações Exteriores, uma organização sem fins lucrativos e apartidária, reconhecida por sua expertise em assuntos internacionais. Além das edições impressas, a revista conta com uma site online, onde é disponibilizado notícias e artigos diariamente.

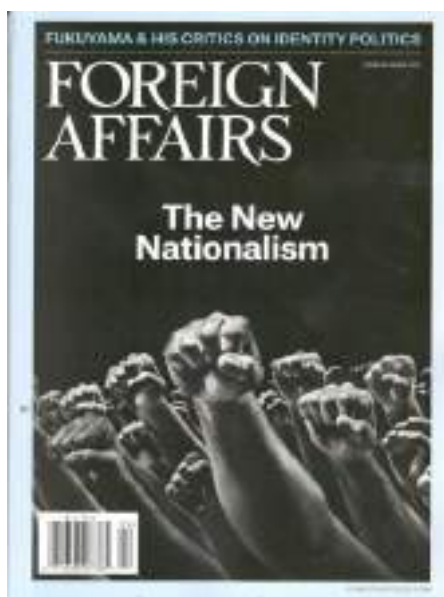
Uma das características distintivas da revista é a sua capacidade de atrair autores de destaque no campo das relações internacionais, incluindo personalidades como Francis Fukuyama e Joseph Nye, este último responsável pela introdução do conceito de “soft power” e associado às correntes do neorrealismo, teoria das relações internacionais.

A primeira edição da revista apresentava artigos redigidos por ex-secretários e futuros secretários de estado, todos dedicados à discussão de temas internacionais. Destacam-se os textos em que havia denunciava o imperialismo e o racismo nos Estados Unidos, alguns escritos pelo intelectual afro-americano Du Bois.

Durante o período da Guerra Fria, quando a política externa se tornou central na vida americana, a revista alcançou um aumento expressivo da sua base de leitores. Hoje, o periódico conta com aproximadamente 351.000 assinantes da edição impressa e registra 955.000 visitantes em seu site online, o que confirma sua relevância para o jornalismo político internacional.

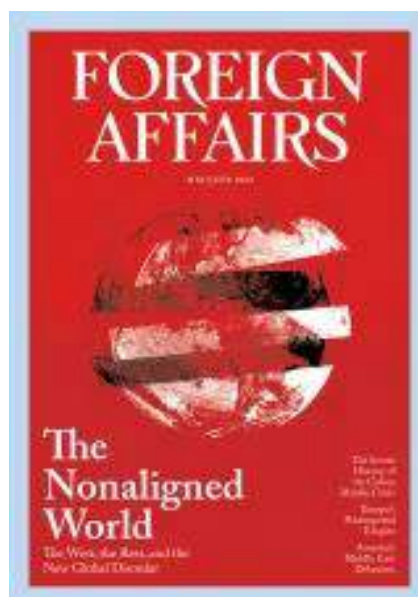
A seguir, são exibidas as capas das edições da revista *Foreign Affairs*, referentes a período de março/abril de 2019 e meses de maio/junho de 2023, apresentadas da esquerda para a direita.

Figura 10 – Capa Março/Abril de 2019



Fonte: Página do Site Bonifácio⁵

Figura 11 – Capa Maio/Junho 2023



Fonte: Página do Site Foreign Affairs⁶

Quadro 18 - Análise da revista Foreign Affairs, edição maio/jun 2023

⁵ Disponível em: <https://bonifacio.net.br/a-foreign-affairs-e-o-retorno-da-nunca-abandonada-questao-nacional/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/issues/2023/102/3>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

Aspectos	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Design da Capa	É atraente, chamativo e minimalista.	
Layout Interno	É limpo e de fácil leitura.	
Tipografia	As fontes são adequadas.	
Uso de Cores	A paleta de cores é harmoniosa.	
Fotografia e Ilustração	Apresenta boas imagens e ilustrações.	
Organização de Conteúdo	A sequência é lógica e coesa.	
Tamanho e Formato		O formato é grande para o conteúdo.

Estilo de Escrita	Os textos são claros e envolventes.	
Títulos e Chamadas	As chamadas são atraentes e informativas.	
Publicidade	A publicidade é bem integrada ao layout (full page)	
Qualidade de Impressão	A impressão é nítida e de alta qualidade.	
Consistência Visual	O estilo visual é uniforme, em toda a revista.	
Originalidade	O conteúdo é original.	
Usabilidade	A páginas e seções são fáceis de serem encontradas.	

Integração Digital	A presença online é eficaz.	
Relevância do Conteúdo	O conteúdo editorial é altamente relevante e diverso	
Precisão das Informações	Os fatos são verificáveis e precisos.	
Profundidade do Conteúdo	As análises são aprofundadas e informativas.	
Variedade de Tópicos	A diversidade dos tópicos é interessante.	
Qualidade das Entrevistas	As entrevistas são bem conduzidas e informativas.	
Originalidade do Conteúdo	As abordagens são inovadoras e originais.	

Fonte: Elaborado pela autora

Análise comparativa do conteúdo textual e do projeto gráficos nas revistas: *Le Monde diplomatique* Brasil e a *Foreign Affairs*

Os pontos negativos do *Le Monde Diplomatique* estão relacionados tanto ao design gráfico quanto à produção textual. No tocante ao primeiro aspecto, destacamos o layout interno, que se mostra excessivamente repetitivo, devido à uniformidade das páginas brancas e dos capitulares. Adicionalmente, a disposição da publicidade compromete o layout, uma vez que ela é posicionada abaixo dos textos da revista, o que não é convencional.

No que diz respeito à usabilidade e organização do conteúdo, percebe-se que as seções são mal definidas, os textos são dispostos de forma dispersa, contribuindo para uma sensação de desorganização. Além disso, o título da revista sugere análises do exterior a partir do Brasil, mas o conteúdo é, na verdade, uma reciclagem. Muitos textos são produzidos por pesquisadores ou acadêmicos, que não empregam uma linguagem jornalística adequada.

Quanto ao conteúdo, destaca-se a presença de informações imprecisas, como no editorial intitulado “Lições aprendidas sobre a democracia brasileira”. Afirmar-se que, após o impeachment de Dilma, a polícia militar implantou um regime de terror. No entanto, ao comparar os dados do Atlas da Violência, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante o governo de Dilma e Temer, percebemos níveis de violência semelhantes. O editorial, escrito em 2021, poderia ter verificado esses dados. Além disso, o período também apresenta artigos com temáticas semelhantes, como dois tratando da mesma temática, mas com abordagens distintas. Sobre a política externa brasileira, encontramos apenas um artigo.

Quanto aos pontos positivos, destaca-se a identidade visual da revista, especialmente nas capas. Além disso, a revista contém textos envolventes e ricos em dados, como os artigos “Covid-19 na trilha do trabalho precário e vulnerável: os frigoríficos” e “Geopolítica da fome”. Também merece destaque o espaço destinado à propaganda de lançamento de livros e à percepção dos leitores.

Já em relação à análise da *Foreign Affairs*, nota-se que a diagramação da revista é notavelmente diferente, assemelhando-se à de um livro, composta predominantemente por um grid de colunas e com espaço para rodapé. A revista mantém a sua coerência do início ao fim na edição analisada, que tem o título “*The non-aligned world*”, traduzido como “o mundo não-alinhado”, e todos os textos exploram a perspectiva do sul-global em um contexto de multipolaridade, especialmente no que se refere ao posicionamento desses países perante a guerra na Ucrânia. Isso confere à revista uma notável unidade. Da mesma forma que o *Le*

Monde Diplomatique, a *Foreign Affairs* possui uma seção dedicada à exposição de livros em lançamento.

Influência das Experiências de *Le Monde Diplomatique* Brasil e *Foreign Affairs* na elaboração da Revista *Cosmopolítica*: Aprendizados e Aprimoramentos.

Analisando a revista '*Le Monde Diplomatique* Brasil', identificamos oportunidades significativas para aprimoramentos. Uma reavaliação do layout interno se mostra essencial, visando torná-lo mais envolvente por meio da incorporação de elementos visuais como gráficos e ilustrações. A disposição estratégica de anúncios também é crucial, privilegiando páginas inteiras ou duplas para preservar a integridade do layout. Optamos por posicionar anúncios no formato de 'Fullpage' para orçamentos substanciais ou 'Double Page Spread'. Outras alternativas incluem a terceira capa ('Back Cover') e a quarta capa ('Inside Back Cover').

Além disso, enfatizamos a importância da precisão das informações nos textos, especialmente no editorial, promovendo uma revisão detalhada. A organização da revista pode ser otimizada com seções bem definidas e a inclusão de um sumário no início para facilitar a navegação dos leitores. Propomos também a diversificação de autores, equilibrando a participação de acadêmicos e jornalistas para enriquecer os estilos de escrita e perspectivas, fortalecendo a abordagem editorial progressista da revista.

No contexto da revista '*Foreign Affairs*', reconhecemos a eficácia da diagramação única, sugerindo a introdução de elementos visuais sutis para incrementar a atratividade do layout. A manutenção do sumário no início é recomendada, proporcionando uma visão informativa da revista. Destacamos a consistência temática como ponto forte, enfatizando a importância de análises profundas e ricas em todo o conteúdo. A inclusão da seção de livros em lançamento é valiosa para compartilhar informações sobre publicações relevantes.

Ao considerar os pontos fortes de ambas as revistas, decidimos privilegiar a unidade das informações, inspirando-nos no modelo da '*Foreign Affairs*', definindo seções distintas e trabalhando em um design atrativo para a capa, semelhante ao estilo do '*Le Monde Diplomatique* Brasil'. Quanto às lacunas identificadas, concentramo-nos em abordar diversas regiões periféricas e posicionar estrategicamente as propagandas.

APÊNDICE D

Para identificar o público-alvo e as personas foram feitas duas pesquisas. As pesquisas foram feitas por dois formulários via google forms. Foram desenvolvidas algumas perguntas para identificar esses dois aspectos. Também desenvolvemos um formulário de feedback de acessibilidade para as Pessoas com Deficiências (PcDs). Realizamos uma pesquisa de público-alvo para criar Personas, e desenvolvemos um formulário para testes de acessibilidade com pessoas com deficiência. Os formulários foram aplicados e disponibilizados pelo google forms, durante o período de 7 dias, entre 11 de outubro e 18 de outubro de 2023. Foram disponibilizadas 8 respostas que contribuíram para compor o público-alvo e as personas das revistas.

Formulário de Público- Alvo/ Personas

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Gênero:
- 4) Qual é o seu nível de educação? () Ensino Médio () Graduação () Pós Graduação () Outro _____
- 5) Onde você mora? (cidade/ área)?
- 6) Quais são os seus principais interesses ou tópicos de leitura? () Economia () Política () Sustentabilidade () Comércio Exterior () Outros _____
- 7) Qual é a sua abordagem para se manter atualizado? () Twitter () outros _____
- 8) Quais são os seus objetivos a curto prazo? () Estudar para concurso () Aprimoramento profissional () outros _____

Formulário de Feedback para PCDs - Revista de Política Internacional

1. Informações pessoais:
 - Nome:
 - Idade:
 - E-mai:
 - Tipo de Deficiência (se aplicável):
2. Acessibilidade:

- Qual é o seu nível de satisfação em relação à acessibilidade da revista de política internacional em relação às suas necessidades?
- () muito satisfeito () satisfeito () neutro () insatisfeito
- Você encontrou algum desafio específico ao acessar o conteúdo da revista?

- Qual conteúdo da revista você mais aprecia? Algum tópico que você gostaria que cobrisse com mais profundidade?

3. Contato: caso deseje ser orientado para discussões adicionais, forneça um número de telefone ou e-mail de contato.

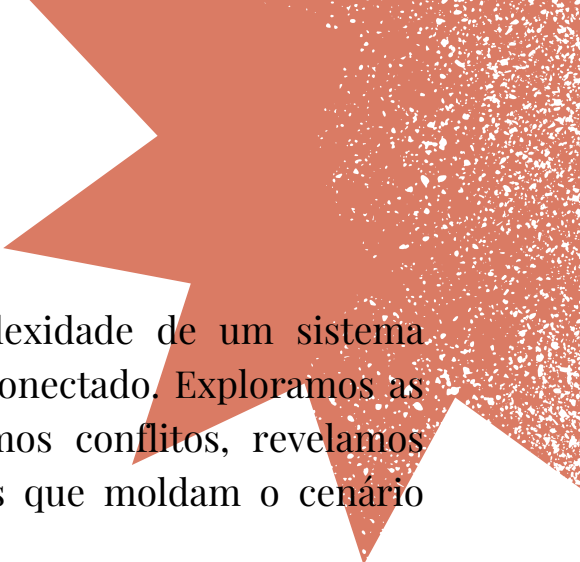
ed. n°1

out, 2023

cosmopolítica.



Cosmopolítica



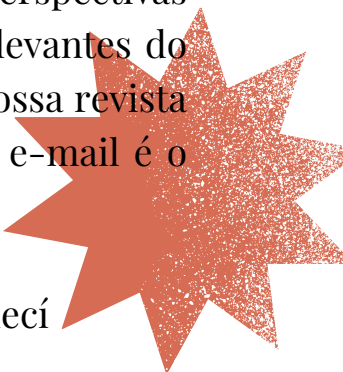
Esta edição piloto é uma janela para a complexidade de um sistema internacional cada vez mais interdependente e conectado. Exploramos as dinâmicas das relações internacionais, analisamos conflitos, revelamos alianças estratégicas e desvendamos os desafios que moldam o cenário global, especialmente a periferia.

Nossos colaboradores são observadores incansáveis, dedicados a desvendar as nuances e contextos que permeiam as decisões políticas e que repercutem não apenas nos governos, mas na vida de milhões de indivíduos.

Na era em que a desinformação anda lado a lado com a notícia, temos o compromisso de oferecer a você análises aprofundadas, perspectivas diversas e uma visão abrangente dos eventos políticos mais relevantes do nosso tempo. Agradecemos a confiança que você deposita em nossa revista e estamos sempre abertos ao seu feedback e sugestões. Nosso e-mail é o revistacosmpolitica@gmail.com



Com apreço, Luciana Aldecí



Revista Cosmopolítica

Ano 1 - N° 1

Outubro de 2023

Projeto gráfico e editorial

Luciana Aldecí e Andreza Rodrigues

Produção de conteúdo e participações

Luciana Aldecí

Lara Aldecí

Entrevistas

Luciana Aldecí

Fotografia e referências

Divulgação/Google Imagens

Françafrigue: a permanência francesa na África diante os processos descolonizatórios

[Sena, Caroline Regina Rodrigues](#)

Politize! Israel e Palestina

Apostila Senado: Integração Regional

SUMÁRIO

Memória diplomática : Ruy Barbosa, “ o águia da Haia”	08 10
Brasília: O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Reconhecimento de Diplomas no Exterior	

Capa: A cruz de Cristo de seus discípulos, um legado de fé.	13 22
Itamaraty: Itamaraty, no Rio de Janeiro, passará por uma reforma para receber a cúpula do G-20 em 2024	
Relações bilaterais: Do sol nascente ao sol poente, Brasil e Japão	23
Meio ambiente: COP 28: Expectativas e Desafios em pauta	27
Panorama internacional	31
Ásia/ oriente médio: A terra prometida, a terra devastada: Israel e Palestina	33

África: Como os militares tomaram conta da África?	36 39
América Latina: O tango político, os ritmos da presidenciais na Argentina: Massa ou Milei?	45 50
Organismo multilaterais: O Mercosul e a integração regional na América Latina	53
Artigo de opinião: O Brasil perdeu poder de barganha com a inserção de novos membros no Brics?	54 56
Direito humanos: Trabalho escravo	
Cultura: Culinária afetiva e secular	
Resenha crítica	



Memória diplomática: Ruy Barbosa, o Águia de Haia

Há 100 anos, a cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, parou para acompanhar o cortejo de uma das personalidades mais notáveis que já participaram da política nacional. A cerimônia reuniu pessoas de diversas idades e classes sociais.

O registro desse evento especial revela a trajetória daquele homem que, em vida, lutou pela garantia dos direitos fundamentais da sociedade brasileira. Em reconhecimento de suas contribuições para o país, a casa onde ele residiu no Rio de Janeiro abriga agora uma instituição dedicada à preservação de acervos e memórias, o que é inteiramente apropriado. É assim que Ruy Barbosa de Oliveira, mais conhecido como Ruy Barbosa, no seu centenário, destaca-se como uma figura de extrema importância na história nacional.

Somente por meio de sua memória podemos resgatar um fragmento da grandeza de sua obra e vida. À frente de seu tempo, ele proferiu discursos e sentenças que ainda ecoam na sociedade, indicando que algumas questões do século passado permanecem presentes em nossa realidade.

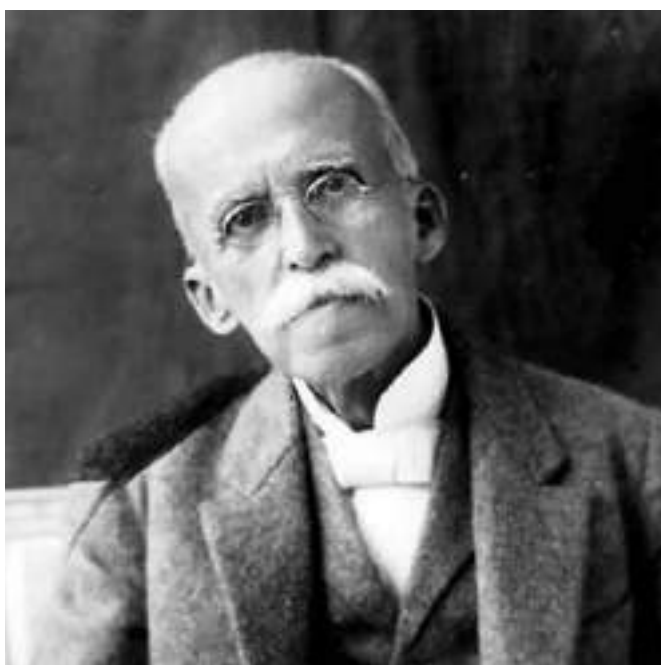
Para entender Ruy, no entanto, é preciso fazer uma viagem no tempo, voltando a uma época anterior à proclamação da República e ao fim da escravidão. Estamos em 1849, quando nasce o tão esperado filho de José Barbosa Oliveira e Maria Adélia. Esse garoto, que vivenciaria uma infância difícil devido à rigidez de seu pai, revelou um talento excepcional para os estudos desde muito jovem, memorizando análises gramaticais aos 13 anos de idade.

Aos 15 anos, ele ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde teve como colega o poeta romântico Castro Alves. Mais tarde, durante o curso, ambos se transferiram para a Universidade de São Paulo, onde compartilharam a sala de aula com outras personalidades notáveis, como Juca Paranhos (Barão do Rio Branco), Joaquim Nabuco e os futuros presidentes Campos Sales e Rodrigues Alves. Além disso, Ruy teve a oportunidade de conhecer José Bonifácio, o Moço, um dos mentores da Independência do Brasil, que era um de seus professores.

Foi durante esse período acadêmico que ele se envolveu profundamente nas causas abolicionistas e republicanas.



Profissionalmente, ele atuou por um curto período em um escritório de advocacia e também contribuiu como jornalista no Diário da Bahia. Para Ruy, o trabalho na imprensa foi apaixonante; em certa ocasião, ele expressou:



“ A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.”

Ainda sob as normas imperiais do Brasil em 1877, Ruy foi eleito deputado na Assembleia da Bahia. Além disso, desempenhou um papel crucial na promoção da Proclamação da República e na Reforma Geral do Ensino, que reestruturou o ensino secundário e incentivou a criação de novas universidades. Também ocupou o cargo de ministro da Fazenda durante o mandato de Deodoro da Fonseca.

Nesse período, enfrentou a reivindicação dos antigos proprietários de escravos, que, com a promulgação da Lei Áurea, buscavam indenizações. Para contornar o problema, optou por queimar arquivos públicos que comprovavam as relações entre ex-escravos e seus antigos donos.

Ruy Barbosa também se destacou como um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL). Sua habilidade em transitar por diversos temas deveu-se, em grande parte, à sua dedicação ao trabalho. No entanto, apesar de seu vasto conhecimento, seu período como ministro da Fazenda deixou o legado controverso do Encilhamento. O país enfrentou, naquele momento, uma elevada taxa de inflação, o que o levou a renunciar ao cargo.

No entanto, esses desafios não diminuem em nada os inúmeros méritos de Ruy Barbosa. Na área da diplomacia brasileira, destaca-se sua participação na Segunda Conferência de Haia. Quando o Czar russo Nicolau II convocou essa reunião para discutir o agravamento da instabilidade na Europa. Ruy Barbosa demonstrou grande determinação na defesa dos interesses nacionais. Sua atuação se destacou entre os demais delegados, a ponto de ser reconhecido como "um dos sete sábios da conferência". O Barão do Rio Branco, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, lhe concedeu o título adicional de "Águia de Haia".

A Conferência de Paz em Haia trouxe modificações significativas no cenário internacional da época. Naquela era, o diálogo e as relações diplomáticas eram, em grande parte, procedimentos informais sem um rigor institucional definido, predominando as normas consolidadas dentro do chamado "Concerto Europeu". A participação de líderes latino-americanos teve um papel importante nos debates multilaterais, incluindo a negociação para a criação de uma corte de justiça.

Diante de todo esse legado, é inegável reconhecer a erudição de Ruy Barbosa e sua importância para a política nacional, a diplomacia e o Direito brasileiro.



O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Reconhecimento de Diplomas no Exterior

O Plano Nacional de Educação, delineado pela Constituição Federal de 1998, estabelece as diretrizes para o desenvolvimento da educação no Brasil. No âmbito da administração atual, o PNE abraça o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos no Exterior (ENCEJJA). Este exame tem como objetivo atender às necessidades da população que não possui a certificação de conclusão do ensino médio ou fundamental. O INEP é a instituição responsável por sua elaboração, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores para a aplicação em território estrangeiro.

A avaliação abrange matérias como ciências naturais, matemática, línguas estrangeiras modernas, artes, educação física, redação, história e geografia.

Em 2023, o exame foi conduzido em 12 países, incluindo Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, Suíça e Suriname. Após a realização do exame, o Ministério das Relações Exteriores encaminha os certificados e declarações de proficiência para o país de origem dos candidatos.

Em 27 de julho, o Senado aprovou o projeto de lei 2.209/2022 no contexto do Plano Nacional de Educação, tornando a realização contínua do exame para os brasileiros residentes no exterior. Além disso, o projeto promove a coleta de dados e pesquisas relacionadas à educação de brasileiros em outros países.

A senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), autora do projeto, explicou que a proposta tem o intuito de aprimorar o PNE existente, incluindo políticas públicas destinadas a garantir o direito à educação dos brasileiros que vivem no exterior. Isso envolve uma atenção específica ao ENCEJJA Exterior e a promoção de pesquisas e estudos para orientar políticas públicas relacionadas à educação de cidadãos brasileiros em outros países.

A cruz de de Cristo e de seus *discípulos*

O testemunho de uma religiosa perseguida na Nicarágua

“O clima é hostil para os católicos que são contrários ao governo.”

Relata uma das religiosas brasileiras deportadas da Nicarágua em julho de 2023, em meio à crescente onda de perseguição religiosa no país. A freira, que por questões de segurança preferiu manter sua identidade em anonimato, trouxe à tona detalhes angustiantes das repressões impostas pelo governo sandinista e descreveu a Nicarágua como um ambiente hostil não apenas para os religiosos, mas também para a maioria da população.

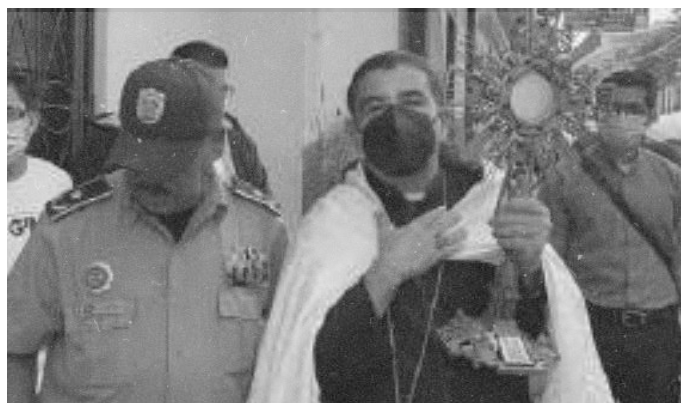
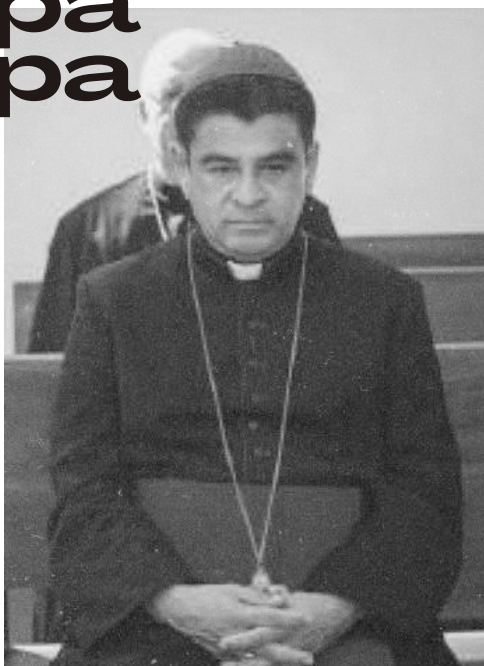
Nicarágua: Um Breve Panorama Histórico até a Era de Daniel Ortega

Em 1912, a Nicarágua viu-se sob a ocupação das forças americanas, atendendo ao pedido do presidente Adolfo Díaz, que buscava conter as facções opositoras do seu governo. O suposto propósito era conferir uma estabilidade política entre liberais e conservadores no país, mas tal ação provocou significativo descontentamento na sociedade, especialmente entre os camponeses. Conforme a insatisfação popular crescia, surgiam movimentos sociais em todo o território, sendo o mais proeminente deles o movimento liderado por Augusto César Sandino.

Sandino e seus seguidores lutaram com determinação pela retirada das forças americanas da Nicarágua e pelo fim do imperialismo, almejando o interesse nacional acima de tudo. O êxito de Sandino só veio em 1933, com a expulsão das tropas americanas do país. Entretanto, após essa vitória, surgiram novos conflitos em torno do controle político no país.



capa
capa
capa



esse contexto, após as eleições presidenciais e a retirada das tropas americanas do país em 1933, **Juan Bautista Sacasa** emergiu como o vencedor da corrida eleitoral. Durante seu mandato, uma das decisões políticas cruciais foi a nomeação de **Anastásio Somoza** como chefe da Guarda Nacional, o que acabaria por alterar irreversivelmente os destinos políticos da Nicarágua. É fundamental destacar que a Guarda Nacional havia sido previamente treinada pelos americanos antes de sua retirada do país, e sua missão primordial era assegurar a estabilidade interna da nação. Isso é relevante porque demonstra a significativa influência e poder militar detidos pelo chefe da guarda naquela época.

Inicialmente, o período foi caracterizado por uma relativa tranquilidade, até que Anastásio Somoza executou um **golpe de Estado** em 1936, permitindo sua perpetuação no poder por muitas décadas. Essa reviravolta abrupta teve profundas implicações na trajetória política do país.

Mas para entender como Anastácio Somoza conseguiu manter-se no poder por tanto tempo, é essencial destacar alguns elementos. O primeiro deles, talvez o mais impactante, **foi o assassinato de Augusto César Sandino, ocorrido em 1934** (após a saída dos americanos). Como mencionado anteriormente, Sandino desempenhou um papel fundamental na luta contra o imperialismo americano no início do século XX. No entanto, após sua morte, não emergiu nenhuma liderança capaz de preencher o vazio deixado por ele. Esse vácuo de liderança resultou no recrudescimento da forte repressão aos remanescentes revolucionários. Assim, com a oposição desarticulada, e com desejo incansável de garantir os seus seus interesses privados, os Somoza permaneceram por muito tempo no poder.

Os interesses da família gravitavam em torno da acumulação ilícita de riqueza e de suas conexões com grupos criminosos, visando estabelecer um regime autocrático no país. Nesse contexto, é relevante destacar que o contexto em questão foi marcado por uma ordem mundial distinta, com apenas dois polos principais de influência. Os Estados Unidos, por um lado, apoiavam regimes autoritários na América Latina como contrapeso ao socialismo, enquanto a União Soviética, por outro, expandia sua esfera de influência na região, exemplificado na crise do mísseis.



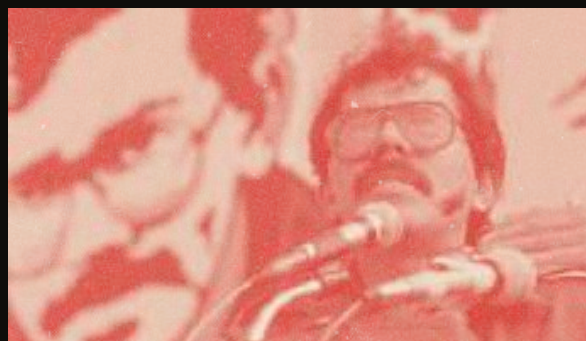
Augusto César Sandino

Entretanto, em 1956, a política nicaraguense tomou um rumo diferente com a morte de Anastácio Somoza e a ascensão de seu filho, Luis Somoza, ao poder.

Com a sucessão de Luis Somoza Debayle, as lideranças socialistas que antes eram reprimidas conseguiram se organizar em grupos. Foi nesse contexto que surgiu a Organização da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que buscou enfrentar as forças imperialistas na Nicarágua e a ditadura da família Somoza. À medida que o movimento conquistava popularidade e o apoio da sociedade civil, uma revolução se delineava no horizonte, tomando ares de uma iminente guerra civil.

Quando Luis Somoza morreu assassinado prematuramente aos 45 anos, em 1967, na cidade de Manágua, seu irmão mais novo, Anastasio Debayle, também conhecido como "Tachito", assumiu a presidência. Ele foi o último membro da família Somoza a ocupar esse cargo, uma vez que a Revolução de 1979 provocou mudanças irreversíveis na política nacional através de lutas internas. Nesse ano, os revolucionários conseguiram expulsar e derrotar a família Somoza e a Guarda Nacional do país, dando início a uma nova era de transformações que ficou conhecida como a Revolução Sandinista.

Com os sandinistas no poder, uma liderança em particular emergiu: Daniel Ortega. Ele foi eleito presidente em 1984, após o governo transitório da Junta Provisória do partido, e teve a oportunidade de implementar reformas estruturais no país. Seu objetivo era modernizar a Nicarágua e superar o atraso econômico dos anos da ditadura. No entanto, simultaneamente às reformas de Ortega, ocorreram as eleições presidenciais nos Estados Unidos.



Em 1981, o presidente norte-americano eleito, Ronald Reagan, tinha como principal objetivo de sua política externa conter outra revolução comunista na região, que era a cubana. Para isso, ele apoiou a direita nicaraguense, também conhecida como "Contras". Dessa forma, Violeta Chamorro, ex-sandinista, foi eleita pelo partido Unión Nacional Opositora (UNO) em 1990, devido ao apoio norte-americano. Ela governou de 1990 até 1997. Depois, vieram Arnaldo Alemán, de 1997 a 2002, e Enrique Bolaños, entre 2002 e 2007. Em 2007, após 16 anos tentando retornar à presidência, Daniel Ortega ganha a disputa eleitoral. Ele já não possuía mais a imagem de guerrilheiro; passava a imagem de um homem moderado, próximo do empresariado e da Igreja Católica. A transformação da imagem de Daniel Ortega foi essencial para o seu êxito nas urnas.



Em Rota de Colisão: Daniel Ortega e a Igreja Católica

Com a aprovação de uma lei na Nicarágua em 2013, que permitiu a reeleição do presidente por tempo indeterminado e estabelecia a votação por maioria simples, Ortega conquistou mais controle sobre o Estado. Ele também tinha o apoio do empresariado nacional, devido às suas reformas. Aliás, Ortega, apesar de se mostrar crítico ao capitalismo, ao neoliberalismo e ao anti-imperialismo norte-americano, na prática, defende valores liberais.

A economia da Nicarágua foi favorecida por um longo período pela injeção de capital estrangeiro, notadamente da Venezuela. No entanto, com os embargos impostos ao governo venezuelano, ambos os países atravessam atualmente um período de instabilidade econômica. Além disso, há comitadamente, outra crise entre Ortega e o empresariado nacional após os protestos de 2018, quando eclodiram manifestações populares em todo o país.

Essas manifestações foram uma resposta à tramitação da reforma da previdência e à falta de participação popular no País. O regime de Ortega dava sinais de decadência, uma vez que não contava mais com o apoio popular nem com o crescimento econômico de outrora.

A discordância entre a Igreja Católica e o governo nicaraguense ocorreu em meio a esse cenário conflituoso. Durante os protestos daquele ano, muitos religiosos católicos acolheram em suas igrejas manifestantes gravemente feridos. Segundo o relatório da Comissão de Direitos Humanos, foram registradas cerca de 368 mortes, incluindo bebês e adolescentes. Para Ortega, a atuação da Igreja foi considerada uma traição à soberania do país.

Na verdade, a atuação de alguns religiosos na Nicarágua, assim como em outras partes da América Latina, desempenhou um papel decisivo em momentos históricos do continente.

O padre e poeta nicaraguense, Ernesto Cardenal Martínez, é um exemplo.

Ele aderiu ao movimento da FSLN e desempenhou um papel ativo na política nos anos após a Revolução. Ele ocupou o cargo de ministro da cultura, apesar da desaprovação do Papa João Paulo II e do Vaticano. A Igreja Católica nunca escondeu sua reprovação por cristãos envolvidos na política na América Latina. Durante o papado de João Paulo II (1978-2005), ele rotulou a Teologia da Libertação, um movimento cristão que pregava a libertação dos oprimidos, como marxista devido à ideia da preferência de Deus pelos pobres. O Papa puniu vários sacerdotes ligados a esse movimento, incluindo o brasileiro Leonardo Boff.

nicarágua
nicarágua
nicarágua



Assim, tanto Boff quanto Cardenal foram privados de suas faculdades sacerdotais. No entanto, o Papa Francisco, latino-americano e ciente das questões que envolvem a região, vem promovendo a reconciliação com católicos adeptos da Teologia da Libertação. Um exemplo disso é a absolvição das censuras canônicas impostas a Ernesto Cardenal, permitindo-lhe celebrar a missa novamente antes de seu falecimento em 2020.

Cardenal esteve intimamente ligado ao governo de Ortega nos anos posteriores à revolução, a ponto de ocupar o cargo de ministro durante seu governo. Esse período também coincidiu com a visita de João Paulo II à Nicarágua, que resultou na icônica imagem do Papa repreendendo o padre, ao lado de Daniel Ortega.



Durante o agravamento do autoritarismo de Ortega, ocorreu um afastamento natural entre padre e Ortega. Cardenal acabou se unindo à oposição e à lista dos dissidentes da FSLN em 1994. Mais tarde, em uma de suas memórias, ele expressou lamento pelos desdobramentos da Revolução de 1979, que, em sua perspectiva, deveria ser chamada de "a Revolução perdida".

Disse ainda que "mais válido seria um capitalismo autêntico do que uma revolução falsa". Além do padre Ernesto, outros ex-militantes da FSLN configuram a lista de desertores da FSLN. A guerrilheira Dora María Telles, por exemplo, também conhecida como "O2", foi presa em fevereiro de 2020. Assim como todos os outros presos, ela compartilhava uma característica comum com os demais: todos eram candidatos à disputa presidencial de 2021. As prisões na Nicarágua incluem tanto presos políticos quanto bispos, padres e outros religiosos. Apesar dos esforços de defensores dos direitos humanos para denunciar os abusos cometidos pelo estado no cenário internacional, o regime de Ortega torna-se cada vez mais opressor. Em 2019, foi emitido um mandado de deportação para o bispo Rolando Álvarez; no entanto, ele optou por permanecer na prisão em vez de ser exilado. No ano de 2023, três religiosas de nacionalidade brasileira foram deportadas da Nicarágua.



entrevista entrevista entrevista

Com o exílio, a personalidade jurídica da ordem foi revogada, e seus bens foram confiscados. Em uma entrevista exclusiva, tive a oportunidade de dialogar com uma das três religiosas deportadas, que optou por manter sua identidade em sigilo. É pertinente ressaltar que o Brasil se destacou por sua posição no cenário internacional ao não aderir à declaração assinada por 55 países que criticaram o regime de Daniel Ortega durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março deste ano. Naquela ocasião, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro propôs modificações no texto, as quais não foram aceitas, resultando na decisão de não aderir à declaração. Outros países da América do Sul, sobretudo aqueles com governos de orientação política mais à esquerda, já adotaram uma postura mais incisiva ao condenar as ações de Daniel Ortega. O presidente chileno, Gabriel Boric, por exemplo, fez questão de manifestar sua condenação às condutas de Ortega. A seguir, a freira relata-nos os acontecimentos que as levaram à prisão e, posteriormente, à deportação.



entrevista entrevista entrevista

Como era o seu cotidiano na Nicarágua? Que tipo de ajuda você prestava à comunidade local?

Nosso cotidiano era o comum da vida religiosa: momentos dedicados à oração, outros ao trabalho manual, outros ao serviço aos pobres e à evangelização. Nosso principal apostolado na Nicarágua, na cidade de León, era o atendimento aos pobres. Duas vezes por semana preparamos o tradicional “gallo pinto”, que para nós brasileiros seria algo parecido ao baião de dois, para entregar àqueles que chegavam na porta de casa. Já nos esperavam na hora marcada, e saímos com o violão para um breve momento de canto e oração com eles, e depois repartíamos a comida. Mais do que simplesmente saciar a fome corporal, nosso objetivo é partilhar esse momento com eles, escutá-los, conhecer um pouco das suas realidades, oferecer-lhes um momento de alegria e de espiritualidade em meio a tantas lutas que enfrentam.

No dia a dia, era possível perceber algum clima de animosidade em relação aos religiosos?

Para que se tenha em conta, eu sou a que estive menos tempo na missão. Falo baseada em uma experiência de três meses na Nicarágua, mas nossa comunidade já estava há 7 anos. Mas o fato é que a Nicarágua sempre foi um país muito católico, existe um respeito muito grande pelos religiosos por parte do povo. Também sei que isso depende muito das regiões do país onde os sandinistas são mais fervorosos. Em León o clima era o mais tranquilo, pelo que percebi. Mas também existe o rechaço e a resistência pelos que são abertamente partidários ao governo, como é muito próprio em países com esse tipo de governo. Mas em geral se percebe um clima de desconfiança, é como se tudo fosse um pouco velado. Nem sempre se sabe quem é a favor ou contra o governo, se evita falar ou posicionar-se, principalmente os que são contrários ao governo. Na fronteira sim, isso é muito claro. Um religioso é o primeiro que chega na fila e o último que sai por toda a especulação que se faz ao entrar no país, e muitos não recebem a permissão, basta que se encontre algo que lhes dê motivo para barrar a entrada.



entrevista entrevista entrevista

Vocês poderiam relatar a sensação de serem levadas de forma arbitrária à prisão e posteriormente deportadas? como se sentiram naquele momento? estavam angustiadas, com medo, calmas? temiam algo?

Foi um grande susto. O clima já era de insegurança porque estávamos escutando casos cada vez mais próximos a nós de sacerdotes ou religiosos impedidos de entrar ou expulsos do país. Éramos três religiosas, cada uma reagiu de maneira diferente e pensou coisas diferentes. Particularmente o que senti foi cair em realidade que o que tínhamos realmente estava acontecendo. Mas escutava que eles davam 4 ou 72 horas de prazo para a saída, e isso pensei que aconteceria conosco. Por isso me parecia um pouco inútil criar resistência, nossa comunidade já havia tomado a decisão de fechar a missão e estávamos nos preparando para deixar o país no dia 10 de julho. Veículos de imprensa contrários ao governo, desde Costa Rica, se enterraram e lançaram a notícia de que estávamos saindo do país “expulsos pela ditadura”, nesse mesmo dia os oficiais chegaram em casa, às 22h30 mais ou menos. Respondemos todas as perguntas que nos fizeram, tratando de proteger os nacionais que conhecíamos e que eram nossos benfeitores ou colaboradores. Mostramos a casa, enfim, para mostrar a realidade

do nosso trabalho e que não tínhamos projetos ou bens. Depois nos disseram que era momento de juntar nossas coisas e que nos aconselhavam levar tudo. Nesse momento entendi que já não voltaríamos. Cada um arrumou o que conseguiu, comungamos a reserva do Santíssimo Sacramento que estava no sacrário da nossa Capela, todo o tempo acompanhadas por oficiais que registravam tudo, e levando parte dos nossos pertences pessoais e duas imagens de devoção que tínhamos na casa nos encaminharam a uma van e fomos até a capital escoltadas por mais dois veículos oficiais, por volta das 23h30. Disseram que não poderiam falar para onde nos levavam, mas particularmente imaginavam que era para migrações. Nosso maior temor não era por nós, porque sabia que sendo estrangeiros não poderiam causar-nos grandes danos. Nossa preocupação era, e continua sendo – por isso toda prudência continua sendo necessária – com os nacionais que caminhavam conosco em nosso apostolado e colaborando com nossa comunidade. Cada vez mais o clima é hostil para para os que são católicos e contrários ao governo.

entrevista entrevista entrevista

Alguém do Ministério das Relações Exteriores entrou em contato com vocês? ofereceram alguma forma de assistência?

Quando chegamos no país de destino, um conselheiro do consulado brasileiro na Nicarágua entrou em contato para saber o que tinha acontecido, se sofreros algum tipo de violência. Depois o consulado brasileiro no país onde estamos também nos convocou para escutar-nos.

Qual mensagem vocês dariam aos cristãos perseguidos ao redor do mundo que são vítimas de intolerância religiosa?

Uma mensagem para os cristãos perseguidos é não esquecer a quem seguimos, lembrar de Jesus é o que dá sentido à toda perseguição. Porque sabemos que ele foi perseguido injustamente, mas a verdade, no final, prevaleceu com a sua ressurreição, com a fé, a nossa esperança.



Modernização do Itamaraty do Rio Antecipa Cúpula do G-20 de 2024

O Ministério das Relações Exteriores, atualmente situado no Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com a icônica assinatura arquitetônica de Oscar Niemeyer, traz consigo uma história que nos remete ao período em que o Rio de Janeiro ostentava o título de capital federal do Brasil. Naquela época, o ponto de encontro dos diplomatas era o Palácio do "Itamaraty." Apesar do edifício em Brasília ter sido oficialmente nomeado "Palácio dos Arcos," a alcunha "Itamaraty" era tão profundamente enraizada entre os funcionários que se tornou igualmente reconhecida.

Em termos de organização, o ministério desempenha uma série de funções, algumas das quais de imenso alcance. Embora muitos associem sua atuação exclusivamente às relações exteriores, seu papel transcende.

A instituição carrega consigo responsabilidades que abrangem também a Editora Alexandre de Gusmão e a gestão do acervo histórico, atualmente abrigado em seu museu no Rio de Janeiro. A recente divulgação de uma reforma em seu museu reflete a intenção de aprimorar a infraestrutura do local. Segundo informações do BNDES, havia sérios riscos para a preservação do acervo, incluindo a ameaça de incêndios.

Além de resguardar o valioso acervo, essa reforma proporcionará a oportunidade do museu sediar a cúpula do G-20 em 2024, agendada para os dias 18 e 19 de novembro.





Do sol nascente ao sol poente: Brasil e Japão

Brasil & Japão

Os primeiros japoneses que desembarcaram no Brasil, no navio Kasato Maru, no século passado, foram atraídos pela onda imigratória que visava suprir a demanda por mão de obra na lavoura cafeeira. Muitos deles nutriam a esperança de retornar à sua terra natal, e de fato, uma parcela considerável realizou esse retorno. No entanto, outros optaram por permanecer na América do Sul, motivados por fatores como o crescimento populacional no Japão, a escassez de oportunidades de emprego e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

Os japoneses que decidiram permanecer no Brasil integraram-se à sociedade local, inserindo seus filhos nas escolas e contribuindo para o desenvolvimento da nação. Na primeira geração de descendentes, os chamados Nissei, há registros de participação nas primeiras turmas dos cursos oferecidos pela Universidade de São Paulo (USP). Dessa forma, os descendentes, que se inseriram na sociedade brasileira e gradualmente se identificaram com a cultura nacional, embora mantivessem vínculos históricos com suas raízes japonesas, conquistaram a nacionalidade brasileira por meio do princípio do "jus soli". Isso contribuiu ativamente para o desenvolvimento e enriquecimento da sociedade brasileira.

Estima-se que o Brasil abrigue cerca de 2 milhões de nipodescendentes, tornando-o o lar da maior população de descendentes japoneses fora do Japão. No entanto, no Japão, embora em proporções menores, aproximadamente 200 mil brasileiros de ascendência nipônica residem no país, constituindo a maior comunidade não asiática da nação.

Essas relações estabelecidas ao longo dos anos ressaltam a importância das migrações entre o Brasil e o Japão. Tanto os primeiros imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil no início do século quanto seus descendentes que retornaram nas décadas de 90 o fizeram em busca de melhores oportunidades de trabalho.

No entanto, os empregos ofertados de maneira geral, eram subvalorizados. Os brasileiros nipodescendentes, conhecidos como decasségus, que migraram para o Japão na década de 90, assumiram, predominantemente, posições de emprego que não eram preferidas pela população japonesa local.

Aliás, a Lei de Migração, estabelecida no início da década de 1990 no Japão, foi a estratégia adotada pelo governo japonês para atrair mão de obra nipodescendente para o setor industrial, uma vez que, de acordo com a legislação interna, a contratação de estrangeiros para esses setores é restrita. Essa dinâmica de migração e trabalho desempenhou um papel significativo na relação entre as duas nações ao longo dos anos.



Mas para além dos pontos mencionados, é importante ressaltar as colaborações técnicas que têm marcado a relação entre esses dois países. O setor de agronegócio, em particular, a produção de soja no centro-oeste brasileiro, viu avanços significativos graças aos investimentos japoneses na década de 80. Assim, um exemplo notável de cooperação técnica é o programa PROCEDER, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da região centro-oeste do Brasil e contribuiu de maneira substancial para a atual importância da soja no PIB nacional, representando cerca de 5%, de acordo com os dados do IBGE de 2021.

Além das parcerias bilaterais, é possível identificar iniciativas trilaterais, como o programa PROSAVANA, que envolve o Brasil, o Japão e Moçambique e tinha como objetivo expandir a fronteira agrícola no Corredor de Nacala, em Moçambique. No entanto, essa iniciativa tem enfrentado críticas de especialistas e da comunidade local, que se sente afetada pelo programa. Questões ambientais, concentração de terras, transparência do programa e a agricultura de subsistência não foram devidamente consideradas, gerando controvérsias em torno de sua implementação.



Além das parcerias de cooperação, é fundamental destacar as relações econômicas entre esses dois países. O Japão, por exemplo, é o sexto maior investidor no Brasil e o quarto maior parceiro comercial na Ásia, com um fluxo de aproximadamente 1,1 bilhão de dólares em 2021. No comércio, o Brasil apresenta um déficit, exportando commodities como ferro, alumínio, café, carne e soja, além de tecnologia, como aeronaves. Enquanto isso, o Japão importa autopeças, veículos, motores, eletrônicos, produtos químicos e peças industriais.

Além disso, é importante ressaltar as iniciativas de cooperação e diálogo em temas políticos, econômicos e sociais, como a "FOCALAL". Apesar de não ser uma Organização Internacional, a "FOCALAL" dispõe de grupos de trabalho, eventos paralelos e um fundo de investimento.

O Japão faz parte do G7, o grupo das maiores economias globais, e utiliza seu poder econômico como uma ferramenta diplomática, como se reflete nas parcerias que o país estabelece, incluindo a JICA e a dependência da importação de commodities.

Além das colaborações técnicas e relações culturais entre esses países, é notável a semelhança entre ambos em aspectos como, a participação em organismos multilaterais e a promoção do soft power. Tanto o Japão quanto o Brasil têm um histórico de envolvimento em mandatos rotativos no Conselho de Segurança da ONU, contabilizando 11 mandatos no total. Recentemente, ambos sediaram eventos olímpicos que contribuíram para a projeção de seu soft power.

No que diz respeito às questões humanitárias e ao multilateralismo, o Brasil se engaja no envio de militares para missões humanitárias, como no Haiti e no Líbano. Enquanto o Japão não envia militares, adota a chamada "checkbox diplomacy" (uso do poder econômico na diplomacia) e lidera discussões sobre assistência humanitária na ONU. Tanto o Japão quanto o Brasil são nações pacifistas, com o primeiro motivado pelo trauma de Hiroshima e Nagasaki, e o segundo pelo princípio da defesa da paz, conforme estabelecido nos princípios das relações internacionais na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, o diálogo, a cooperação mútua, bem como os valores comuns são exemplos significativos dessa jornada, que se busca fortalecer cada vez mais os laços entre esses dois países.





COP-28: Expectativas e desafios em pauta

COP-28: Expectativas e desafios em pauta

A Conferência Rio-92, realizada no início da década de 90 no Brasil, marcou um ponto de mudança importante no desenvolvimento da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas e no avanço das discussões ambientais em escala global. Em um desdobramento subsequente, o Protocolo de Kyoto sucedeu a essas deliberações, visando a implementação de medidas eficazes para a redução das emissões de gases de efeito estufa por parte dos países desenvolvidos.

Nesse contexto, os países mais industrializados foram convocados a firmar acordos de compromisso com metas de redução de emissões, enquanto as nações em desenvolvimento, como o Brasil, a China e a Índia, não foram obrigadas a aderir a compromissos adicionais, além dos previamente estabelecidos para todos os signatários. Esse diferencial de obrigações refletiu a necessidade de equilibrar as responsabilidades históricas das nações desenvolvidas com o direito dos países em desenvolvimento a um desenvolvimento econômico sustentável.

No entanto, a recusa dos Estados Unidos em ratificar o tratado suscitou dúvidas quanto à viabilidade da adoção de medidas verdadeiramente eficazes para combater as mudanças climáticas. O Brasil, em contraste com a postura americana, mesmo sendo uma nação em desenvolvimento, aderiu voluntariamente ao Protocolo de Kyoto, demonstrando seu firme compromisso com a causa ambiental.

No início do século XXI, sob a liderança dos governos de Lula e Dilma, a diplomacia brasileira destacou-se ao mostrar um alto grau de proatividade em questões ambientais, notadamente nas discussões sobre créditos de carbono em fóruns multilaterais. No entanto, durante a COP-26, testemunhamos um retrocesso e uma perda de influência por parte dos diplomatas brasileiros, que foram desacreditados devido ao reconhecimento do Ministro do Meio Ambiente sobre o aumento do desmatamento no País.

No governo do PT, há planos concretos em vigor para combater o desmatamento na Amazônia, incluindo a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Este plano apresentou resultados satisfatórios em 2012, quando conseguimos atingir a menor taxa de desmatamento registrada. Atualmente o desmatamento observado levanta preocupações sobre a continuidade desses esforços e a necessidade de retomar medidas eficazes para combater essa prática na região.



Este ano, a Cúpula da Amazônia reuniu os estados que abrigam o bioma amazônico, marcando um avanço significativo no debate sobre o tema. Um dos principais objetivos foi combater o desmatamento na região e promover a demarcação de terras indígenas. As demandas desses países serão discutidas na próxima COP, que ocorrerá em Dubai.

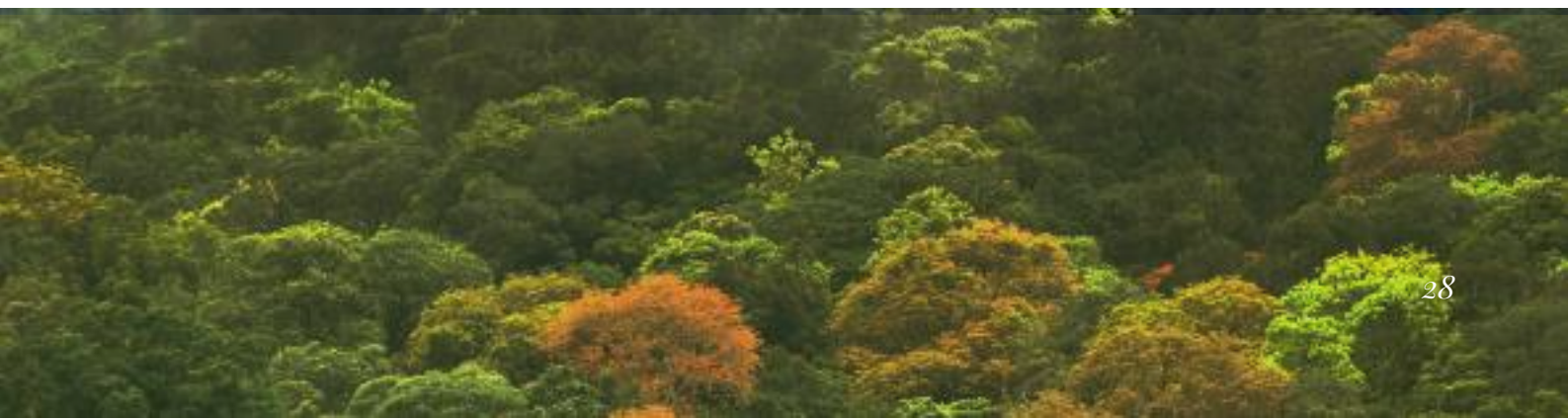
Ao analisarmos as conferências climáticas globais, nos deparamos com notáveis contradições. Na COP-27, realizada no Egito em 2022, e na conferência deste ano em Dubai, os países anfitriões chamam a atenção devido aos seus regimes antidemocráticos. Embora isso por si só não deva ser motivo para excluí-los das discussões, é crucial considerar as circunstâncias específicas.

No caso da COP-27, por exemplo, houve relatos de repressão intensa às manifestações públicas durante a conferência, juntamente com uma presença notável de lobistas ligados ao ramo de combustíveis fósseis. Embora o diálogo envolvendo diversos setores da sociedade seja necessário para enfrentar os complexos desafios das mudanças climáticas, a busca por soluções eficazes requer a participação e inclusão das populações mais vulneráveis e afetadas. Se parte dos países mais afetados, como Moçambique, Paquistão e Costa Rica, estiver com menor representação, esse diálogo será sempre desigual.

Falando em desigualdade, na COP-27, ressurgiu a proposta de criar um Fundo de Perdas e Danos, concebido em 2001 para destinar recursos e proteger as nações mais vulneráveis dos impactos climáticos. A meta de arrecadar 100 bilhões não foi alcançada naquela ocasião, e os avanços na nova tentativa são modestos. Isso reflete mais um símbolo do fracasso do ocidente diante das necessidades do sul global.

Há uma questão adicional em jogo: a China e a Rússia, apesar de serem notórios poluidores, são categorizadas como nações em desenvolvimento. Elas alegam que não é imperativo que participem do Fundo de Perdas e Danos. Simultaneamente, a União Europeia argumenta que esses países deveriam oferecer a assistência requerida às nações mais impactadas.

Sobre o Fundo de Perdas e Danos, alguns pesquisadores argumentam que a medida é, na verdade, uma abordagem superficial para lidar com o problema. Os estados-membros da COP-20 precisam buscar soluções eficazes para enfrentar essas questões. Além disso, a contribuição da sociedade civil na disseminação de informações desempenha um papel crucial. Em outras palavras, as iniciativas destinadas a reduzir as consequências dependem da colaboração de diversos agentes da sociedade, sejam eles civis, políticos, o terceiro setor, entre outros.





Assim, ao discutimos as Conferências e Acordos Climáticos, tal como outras reuniões destinadas a mitigar e reduzir os danos causados pela ação humana, muitas vezes negligenciamos as transformações que cada um de nós, como indivíduos, pode empreender para modificar a realidade e minimizar os impactos ambientais. Entre essas ações estão a redução do consumo de carne e laticínios, pois isso pode diminuir a emissão de carbono, o uso de iluminação LED para a redução das emissões de carbono, a preferência por meios de transporte mais sustentáveis, como bicicletas, transporte público e caminhada, a prática da reciclagem, a redução do consumo de plástico, a escolha de materiais orgânicos e sustentáveis, a economia de água e o apoio ao reflorestamento, bem como o engajamento em ativismo ambiental.

É importante reconhecer que, em termos de poluição, a indústria, a agricultura e os indivíduos são os principais poluidores, nessa ordem. No entanto, mesmo sabendo que individualmente contribuimos menos para a poluição em comparação com esses setores, é fundamental compreender que fazemos parte da sociedade e, como tal, desempenhamos um papel relevante na busca por mudanças e na promoção de ações transformadoras.

Moçambique

Protestos marcam as eleições no país e minam a credibilidade das instituições

França

No país, a linguagem neutra é proibida.

Egito

É aberta a fronteira com Gaza para a passagem de feridos.

Nepal

Com o aquecimento global, montanhas do país, perdem um terço de seu gelo.

Paquistão

Milhares de afegãos retornam ao País, após ultimato do governo paquistanês.

panorama internacional

Camboja

É registrado a segunda morte por gripe aviária em 2023

Estados Unidos

É ampliada a base militar secreta americana em Israel



Rússia

País fecha aeroportos em região mulçumana após protestos contra judeus.

Canadá

Acidente na província de Colúmbia Britânia, no Canadá, provoca espetáculo de fogos de artifício em rodovia.



Nova Zelândia

Justiça de Auckland, condena empresa que levava turistas até vulcão – que vitimou 22 pessoas.



Da terra prometida À terra devastada

O movimento sionista, alimentado ao longo da história por perseguições sofridas pelos judeus, teve em Theodor Herzl, um escritor húngaro e pai do movimento, um de seus principais defensores. Herzl, autor de "Der Judenstaat" (O Estado Judeu), preconizava a autodeterminação do povo judeu em um único Estado. Esse ideal foi reforçado por um caso emblemático de antissemitismo que ocorreu na França, conhecido como o "caso Dreyfus".

O caso Dreyfus ganhou relevância no movimento sionista devido a circunstâncias peculiares. Na França, uma investigação resultou na condenação de um oficial militar francês, que também era judeu.

A condenação de Dreyfus, sob acusações infundadas de espionagem, provocou uma onda de antissemitismo no país, fomentada tanto pelos militares quanto por outros setores da elite francesa. O caso exemplificou os esforços de fortalecimento das forças nacionalistas. Depois, o antissemitismo, como sabemos, alcançaria proporções ainda mais devastadoras com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, manifestando-se nos campos de concentração nazistas e na perseguição sistemática aos judeus. Após o término da guerra, a sociedade internacional, sensibilizada pelas atrocidades cometidas pelos nazistas, promoveu o impulso para a criação de um Estado judeu.

Em 1947, a Resolução 181 da ONU dividiu a Palestina, alocando 55% do território aos israelenses, enquanto os 45% restantes foram destinados aos muçulmanos. Apesar de a população muçulmana ser numericamente superior à população judaica na Palestina, eles ficaram com uma porção de terra bem menor e infértil. A resolução foi bem recebida pela comunidade judaica, mas rejeitada pelos muçulmanos, acentuando as tensões na região. (2)



Se observarmos a questão sob a perspectiva do direito internacional, torna-se evidente que a resistência e a busca pela autodeterminação de um povo são legítimas quando enfrentam a invasão de um agente externo em seu território. O Ocidente, historicamente, não questionou o direito dos ucranianos de se envolverem em uma luta armada contra a Rússia.

Nesse contexto, a expansão dos assentamentos israelenses em áreas como a Cisjordânia é vista por muitos especialistas como uma violação do direito internacional. No entanto, Donald Trump alegou que tal ação estava em conformidade com a lei e as normas vigentes.

É interessante notar que nas décadas de 1970 e 1980, os Estados Unidos rotulavam a Organização de Libertação da Palestina (OLP) como uma organização de caráter terrorista, liderada por Yasser Arafat. Contudo, atualmente, estabelecem diálogos com a OLP por meio da Autoridade Nacional Palestina (ANP), liderada por Mahmoud Abbas. Essa mudança de postura sugere a possibilidade de negociações com representantes palestinos.

Rotular o grupo como terrorista, embora a ONU não o classifique dessa forma, levanta a questão de se tal rótulo pode prejudicar as tentativas de alcançar a paz na região. Curiosamente, essa abertura ao diálogo foi possibilitada durante a administração de Donald Trump.

Ele firmou um acordo com o Talibã no Afeganistão, grupo que os Estados Unidos rotulam como terrorista. Nesse momento, o republicano acreditou na possibilidade de elaborar um pacto que permitisse a retirada das forças armadas americanas do País. O resultado dessa ação foi amplamente noticiado pela imprensa internacional, evocando reminiscências das imagens que já presenciamos nos sombrios capítulos da Guerra do Vietnã.

Em uma recente entrevista, Rubens Ricupero, ex-ministro das Relações Exteriores, apontou de maneira contundente para o inevitável caminho em direção à criação de dois estados como solução para o conflito israelo-palestino. Além disso, enfatizou a importância de um engajamento mais significativo por parte das nações ocidentais na busca de uma resolução pacífica para esse difícil dilema.

Nos países que são marcados por litígios religiosos e diversidade étnica, testemunhamos complexos arranjos de governança, cada um com seu grau variável de sucesso. O Líbano, por exemplo, opera sob uma intrincada divisão de poder que abarca diversas facções religiosas e políticas. Na Bósnia e Herzegovina, um sistema político tripartite foi concebido para acomodar as necessidades de sua diversificada população.

No caso de Israel e Palestina, a necessidade premente é encontrar um meio para que esses povos possam coexistir em harmonia. Trata-se de uma questão de necessidades humanas fundamentais, de povos que, no fim das contas, anseiam por uma solução justa e pacífica para a sua coexistência.



Israel e *Palestina*

Todavia, é possível que Ricupero esteja equivocado ao considerar a solução do conflito por meio da criação de dois estados.

Após a morte de Yitzhak Rabin e a ascensão de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro de Israel, as relações com a Palestina se despedaçaram ainda mais. O vislumbre de paz que um dia brilhou com os tratados de Oslo agora parece uma lembrança distante. Hoje, a verdade se impõe: Netanyahu parece não ter a menor vontade de buscar uma solução pacífica para esse conflito.

Em tempos recentes, suas ações parecem encorajar o enfraquecimento das instituições democráticas de Israel. Além disso, ele expandiu os assentamentos israelenses na região da Cisjordânia, inflamando ainda mais a disputa. Seu governo também não poupou esforços para fomentar a intolerância religiosa no país. A situação é tensa e a paz parece cada vez mais elusiva, enquanto a região permanece mergulhada em incertezas.

Aliás, ele tem sido destacado na mídia israelense como uma das raízes do conflito que persiste desde 7 de outubro. Sua abordagem na condução da política nacional contribuiu para a erosão da democracia no país e gerou atritos entre militares e reservistas, minando, desse modo, o funcionamento do exército israelense.



Nesse contexto, o Brasil reconhece a Palestina como Estado. Aliás, é interessante notar que o país deu um passo significativo nessa questão em 1975, ao apoiar a Resolução 3379 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Este documento classificava o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial, e também criticava a ocupação israelense dos territórios conquistados após a Guerra dos Seis Dias. A história diplomática do Brasil, nesse contexto, é um reflexo da complexidade das relações internacionais e das questões que permeiam essa região conflituosa do mundo.

As interpretações em relação a essa postura da diplomacia brasileira são diversas e muitas vezes conflitantes. Alguns a enxergam como um exemplo de coragem e firmeza por parte do Brasil, uma atitude que refletia uma diplomacia ativa. Por outro lado, o diplomata Eduardo Uziel apresentou evidências documentais que apontam para uma abordagem um tanto maniqueísta da diplomacia brasileira naquele contexto, especialmente à luz das complexas dinâmicas da Guerra Fria. É um exemplo vívido de como as decisões diplomáticas podem ser vistas de várias maneiras.

Mas com relação à palestina, talvez a única solução verdadeiramente viável seja a criação de um estado único, onde Israel reconheça o povo palestino e abandone as práticas do apartheid. É uma perspectiva complexa, mas que sinaliza para a importância de reconhecer a humanidade e um futuro próspero para a região.

A África e o seu turbilhão de golpes de Estados em menos de 2 anos

O que explica os inúmeros golpes em tão pouco tempo?

A vasta região do Sahel, no continente africano, se depara com uma presença notória de grupos beligerantes, organizações terroristas e a influência de mercenários russos. Alguns analistas rotulam esses territórios como "estados falidos", mas essa caracterização, em sua essência, carece de profundidade e muitas vezes está enraizada em preconceitos.

É fundamental compreender que a história dessas nações está intimamente ligada à era colonial, na qual potências como a França exerceram forte domínio e exploração. Essa herança persiste nos dias de hoje, e a França mantém uma influência substancial na região, abrangendo esferas econômicas, culturais e militares. Essa relação pós-colonial, que perdura, é frequentemente descrita como "Françafrique", termo cunhado por François Vershavel. Ele o utilizou para lançar luz sobre as intrincadas conexões que se desenvolveram entre as antigas colônias francesas e a própria França após a conquista da independência.

Essas relações complexas têm raízes em acordos estabelecidos entre as elites locais e europeias. Esses arranjos permitiram a continuidade dos interesses franceses na região, que é conhecida por sua riqueza em recursos naturais. Por exemplo, líderes como Félix Houphouët-Boigny, ao conquistarem formalmente a independência da Costa do Marfim, na prática, enfrentaram uma realidade muito distante do ideal que a palavra "independência" evoca. Sena (2012)

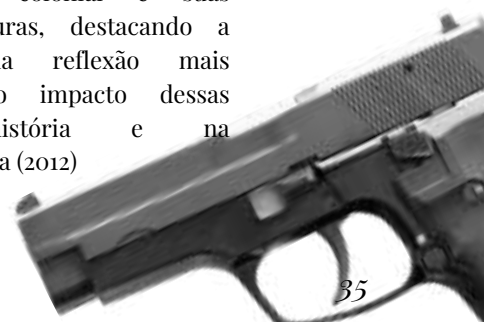
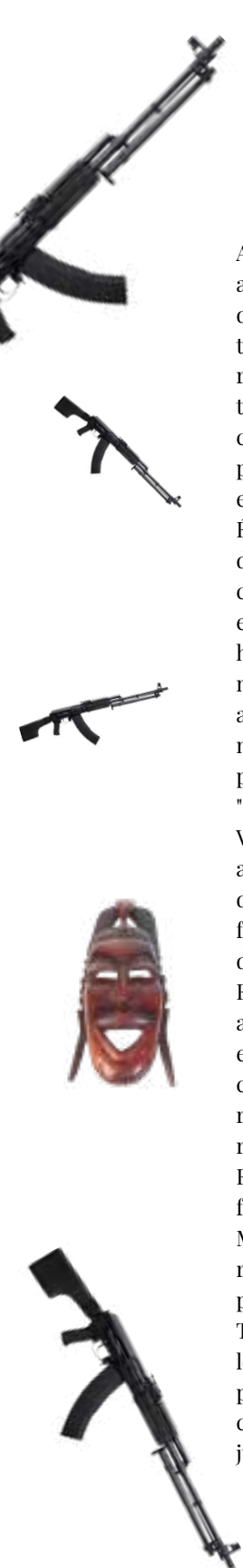
Tais dinâmicas revelam as complexidades do legado colonial e suas implicações duradouras para a África. A compreensão desses contextos é essencial para avaliar de maneira justa e precisa a situação na região do Sahel.

No Brasil, a reflexão sobre o conceito de "Françafrique" ainda carece de maior atenção, e essa lacuna se estende mesmo aos círculos acadêmicos. Alguns autores sustentam que a França tinha motivações tanto geopolíticas quanto geoeconômicas para sua colonização do continente africano. Sena (2012)

Uma das razões que se destacam é a derrota da França para a Prússia na guerra franco-prussiana, que resultou na perda do território da Alsácia-Lorena. Há análises que sugerem que esse momento foi um ponto de virada, quando a França decidiu compensar sua frustração pela perda desse território, buscando conquistar novos domínios na África. Esse ímpeto expansionista levou a França a se tornar uma das nações europeias com o maior número de colônias no continente africano. Sena (2012).

Contudo, é fundamental ressaltar que o processo de colonização não foi uniforme nas diferentes regiões. Por exemplo, na Argélia, os franceses alteraram a estrutura produtiva local para atender às necessidades da metrópole, incluindo a produção de vinho na região e a instauração de uma burocracia que frequentemente entrava em conflito com a realidade local. Enquanto isso, na África Ocidental, optaram por uma exploração massiva dos recursos naturais.

Quando se trata dos investimentos na região, a França tem poucos motivos para se orgulhar. Essa narrativa complexa revela as nuances do legado colonial e suas consequências duradouras, destacando a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o impacto dessas dinâmicas na história e na contemporaneidade. Sena (2012)



áfrica
áfrica
áfrica



Após o término da Segunda Guerra Mundial, um movimento de independência das colônias francesas no continente africano começou a florescer. Primeiramente, assistimos à emancipação das colônias britânicas, em seguida, as colônias francesas. A criação da ONU reforçou o princípio de autodeterminação desses povos.

Contudo, apesar da conquista da independência por esses países, o status quo persistiu. Esse processo de independência coincidiu com o governo do General Charles de Gaulle. Durante esse período, as elites locais foram cooptadas para atender às demandas do estado francês. Por essa razão, é comum se referir à independência da Costa do Marfim como uma mera formalidade. Essa complexa implicações para as nações africanas. Sena (2012)

áfrica áfrica áfrica

A continuidade da influência francesa sobre suas ex-colônias se manifesta de múltiplas maneiras. Até o ano de 2020, por exemplo, a moeda em circulação nas regiões das ex-colônias era o Franco CFA, também conhecido como "franco das colônias francesas na África". Alguns países fizeram a transição para a moeda "eco". Nesse contexto, o presidente Emmanuel Macron reconheceu, em uma coletiva de imprensa, que o colonialismo havia sido um erro profundo e que essa postura não estava alinhada com os princípios republicanos franceses.

Essa relíquia colonial francesa evoca e perpetua a lembrança histórica subjugação desses países. São ações complexas, contínuas, que demonstram os impactos do colonialismo na África.

Enquanto Emmanuel Macron faz considerações sobre os valores e o republicanismo francês, é importante recordar um fato relevante: até 2014, a França liderou uma intervenção militar na Síria em apoio às forças rebeldes, seguida de uma intervenção militar russa em apoio ao governo sírio. Essas invasões ilegais alimentaram grupos terroristas como a Al Qaeda e o Estado Islâmico. O caos resultante dessas ações se espalhou pelo continente, enraizando-se especialmente na região do Sahel.

Essa são algumas das razões pelas quais, hoje, a região possui aversão ao ocidente. A constante instabilidade e os sete golpes ocorridos na região da África Central desde 2020 ecoam o seu doloroso processo histórico de exploração, que se iniciou durante o período colonial e persiste em seu cenário pós-independência.





O tango político: o ritmo da eleição presidencial na Argentina

Massa ou Milei?

No início do século XX, a economia argentina viveu um período de notável crescimento econômico. O país se destacou como uma das nações mais prósperas do mundo, sendo frequentemente comparado ao desenvolvimento econômico de países como a França e a Alemanha. Esse sucesso se deveu em grande parte à expansão das exportações de commodities, em particular carne bovina e trigo.

Mas, desde então, a Argentina testemunhou diversas oscilações em seu crescimento econômico, alternando entre períodos de crise e estabilização.

A década de 80 na Argentina, frequentemente denominada como a "década perdida", foi marcada pelo declínio econômico que se seguiu ao fim da ditadura militar no país.

Posteriormente, o colapso de 2001-2002 e a crise cambial durante o governo de Mauricio Macri em 2018 agravaram a instabilidade econômica e a desvalorização da moeda nacional.

Aliás, a crise econômica durante o governo de Mauricio Macri contribuiu para o retorno do partido kirchnerista ao poder em 2019. Embora Macri tenha cumprido o pagamento das dívidas dos "abutres," aumentando, assim, as reservas de crédito; suas políticas de redução de subsídios de gás e energia, por exemplo, tiveram como resultado o aumento da desigualdade e a diminuição do poder de compra da população mais vulnerável.



Assim, a fome acompanhou a austeridade fiscal imposta pelo FMI. O país também enfrentou dificuldades em honrar suas dívidas com o fundo, o que agravou ainda mais a possibilidade dos investimentos estrangeiros.

Há um consenso generalizado de que o país tem gastado além de suas possibilidades, e nenhum presidente conseguiu, de fato, resolver esse problema que persiste ao longo de décadas. Na verdade, alguns ex-presidentes, como Cristina Kirchner, recorreram à manipulação de dados sobre a inflação, alterando informações do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), numa tentativa de disfarçar o problema. Isso minou ainda mais a credibilidade argentina diante à sociedade internacional. E soma-se a isso, o grande número de calotes no pagamento da dívida externa. Esse cenário complexo revela o desafio do país.

O conjunto de sucessões de crises, quer sejam políticas ou econômicas, tem contribuído para que o eleitorado argentino se sinta desesperançado nos dias atuais. E não sem motivo, já que quatro em cada dez argentinos estão vivendo abaixo da linha da pobreza, e uma parcela considerável dos jovens enfrenta dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Em meio a esse cenário caótico, políticos que oferecem respostas simplistas para questões complexas ganham popularidade.

No segundo turno, programado para ocorrer em 19 de novembro, a disputa se dará entre Sérgio Massa e Javier Milei. Este último é um economista de extrema-direita que tem defendido pautas polêmicas e, em alguns casos, surpreendentes, como a liberalização da venda de órgãos, a dolarização do peso e o fechamento do banco central. Todas as suas propostas parecem distantes da realidade; por exemplo, a dolarização do peso é inviável, uma vez que a Argentina mal dispõe de dólares suficientes no Banco Central. Na prática, o que Milei faz é incentivar seu eleitorado a comprar dólares, com o intuito de prejudicar a política monetária do seu adversário na corrida, Sérgio Massa, que é o ministro da Fazenda da administração econômica de Alberto Fernández, o atual presidente da Argentina.



No primeiro turno, os principais candidatos na corrida eleitoral eram Patricia Bullrich, representando a ala de direita, Massa, alinhado com o kirchnerismo, e Javier Milei, posicionado na extrema-direita. O resultado do segundo turno permanece incerto, apesar da vitória de Massa com 36% dos votos. Isso se deve ao fato de que a ex-peronista Bullrich, defensora de pautas conservadoras, deverá atrair grande parte de seu eleitorado para Milei. No entanto, as propostas de Bullrich não são tão radicais quanto as de Milei; ela nunca planejou extinguir o Banco Central, ao contrário, sua proposta envolvia dar mais autonomia à instituição.

Por fim, temos Sérgio Massa. Como mencionado anteriormente, ele lidera a corrida, embora enfrente desvantagens devido à sua passagem como ministro da economia do governo atual. Suas propostas incluem o equilíbrio fiscal, o desenvolvimento com inclusão, um aumento nos investimentos na educação, entre outras iniciativas.

É importante ter em mente que, independentemente da política econômica escolhida pelo futuro presidente, ele terá que lidar com a interdependência entre a economia argentina e chinesa, que inclui a prática de "Swap". Essa prática de "Swap" refere-se a um acordo financeiro entre dois países que concordam em trocar suas moedas em quantidades previamente estabelecidas e a taxas de câmbio acordadas. Essa troca de moedas é vista como uma medida para fortalecer as reservas cambiais de um país e ajudar a estabilizar sua economia.

Nesse contexto, a economia argentina está cada vez mais interligada com a economia chinesa. Desde o governo Kirchner até os dias atuais, a prática de "Swap" tem sido amplamente utilizada. No entanto, tanto os defensores de ideologias à esquerda quanto à direita concordam em um ponto: a dependência da Argentina em relação à China não contribuiu de forma significativa para a transformação da estrutura produtiva do país.

eleições



entrevista entrevista entrevista

Conversei com um jovem eleitor argentino chamado Raul sobre suas expectativas para as próximas eleições. Ele compartilhou conosco como os jovens estão encarando essas questões e se envolvendo com a política em meio à crise.



A que atribui a popularidade de Javier Milei entre os mais jovens ?

Considero que sua popularidade entre os eleitores jovens está relacionada à sua personalidade com uma aparência mais "anti-sistema", "irreverente" e combativa em relação ao status quo tradicional da política argentina. Seu início como figura midiática não ocorreu nos meios de comunicação tradicionais, mas sim através do Twitter, YouTube ou TikTok, com vídeos de influenciadores, ou também nas cada vez mais comuns contas de memes, o que gerou um maior apelo a esse setor de jovens descontentes com políticos tradicionais. Apesar de estar cheio de contradições, seu discurso anti-político gerou entusiasmo, no qual ele se apresenta como a pessoa capaz de acabar com os "privilégios" da classe política, bem como com sua ideia pouco clara de dolarizar a economia argentina, eliminando a moeda nacional e, de certa forma, estabilizando o problema da inflação. Ele tem uma imagem às vezes messiânica entre seus seguidores, que o veem como uma espécie de "salvador" dos problemas do país. Após as eleições gerais e a confirmação de um segundo turno, esses pilares de sua campanha ficaram, de certa forma, em incerteza devido aos resultados inesperados.

Por qual plataforma (rede social, meio de comunicação) acompanhas os candidatos?

As plataformas que mais utilizo em relação a temas políticos são o Twitter, e em segundo lugar o Instagram.

Quais são os desafios que os argentinos enfrentam atualmente e como vê a resposta de esses candidatos a esses desafios?

os principais desafios para os argentinos atualmente estão relacionados ao poder de compra, que vem sofrendo perdas contínuas desde o ano de 2015 e foi agravado pela pandemia. A alta inflação torna o dia a dia insustentável para os setores mais vulneráveis. Além disso, a insegurança é um tema muito preocupante para a população. Quanto aos candidatos eleitos para o segundo turno, de um lado temos Sergio Massa, e do outro, Javier Milei.

candidato pelo partido do governo é o atual ministro da economia, e enfrenta uma inflação anual de 140%, o que gerou surpresa nas últimas eleições gerais por ser o candidato mais votado. Suas propostas para combater os problemas econômicos estão voltadas para a redistribuição da riqueza, redução de impostos para a classe média e baixa renda, e como ideia principal, o pagamento da dívida ao FMI (assumida por Mauricio Macri) para eliminar a dependência estrangeira nas decisões econômicas.

Por outro lado, Milei sempre esteve associado ao liberalismo mais radical, defendendo a eliminação completa dos subsídios para transporte, energia, saúde, educação, entre outros. Ele propõe a privatização de todas as empresas estatais, reduzindo drasticamente os gastos públicos, flexibilização trabalhista e, inicialmente, a eliminação do Banco Central, substituindo o peso argentino pelo dólar (embora essa medida tenha sido amplamente esquecida por seu partido político)."

Para você, o extremismo afeta o desenvolvimento da Argentina?

Claramente, os extremismos geralmente resultam no fracasso do desenvolvimento do país. Discursos de ódio ou a intenção de apenas destruir o oponente político, sem uma direção ideológica clara e benéfica para a população, acabam gerando disputas nas quais não se chegam a acordos em prol da sociedade argentin



O Mercosul e a integração regional na América Latina

O Mercosul, uma união aduaneira em processo de consolidação, é composto por países do cone sul, como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Seu tratado fundador, conhecido como Tratado de Assunção, estabelece a aspiração do bloco em direção à construção de um mercado comum. É classificado como uma união aduaneira em consolidação, porque diversos produtos comercializados pelos estados-membros encontram-se fora da tarifa externa comum (TEC), e seu objetivo final é a implementação da livre circulação de pessoas e capitais, assemelhando-se ao modelo existente na União Europeia. Nem todo bloco econômico é igual, é possível classificá-los em diferentes níveis de integração e interdependência. Atualmente, o modelo mais avançado é observado na União Europeia. Na América Latina, encontramos iniciativas de menor nível de integração, mas igualmente relevantes, exercendo um impacto significativo no desenvolvimento regional.

A integração regional na América do Sul tem raízes na história. Durante o processo de independência dos países sul-americanos, Simón Bolívar, o revolucionário venezuelano considerado uma das principais figuras na luta pela independência, defendia a ideia de uma única nação na região. Em 1826, ocorreram as primeiras reuniões pan-americanas, como o Congresso de Panamá, embora esses encontros tenham tido resultados limitados.

Em 1958, a política externa brasileira, sob a liderança de Juscelino Kubitschek, promoveu a noção de unidade pan-americana. Ele também criticava a falta de investimentos norte-americanos na América do Sul, em contraste com a Europa, que na época estava recebendo investimentos do Plano Marshall. Nesse contexto, Juscelino Kubitschek lançou a "Operação Pan-Americana" (OPA), que rapidamente ganhou importância, uma vez que seus objetivos estavam alinhados com as aspirações e necessidades de todos os povos da América do Sul.

Das relações bilaterais entre os Estados Unidos e o Brasil na época e das aspirações políticas de Kubitschek e Eisenhower, surge a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). A finalidade da associação era auxiliar as nações subdesenvolvidas. Esta foi uma das poucas iniciativas bilaterais entre esses dois países na época, uma vez que as relações eram marcadas por tensões e divergências. Eisenhower, por exemplo, promoveu uma intervenção no Fundo Monetário Internacional (FMI) para impedir investimentos que pudessem viabilizar o plano de industrialização de JK, conforme a pesquisa do economista Victor Augusto Ferraz Young. Além disso, segundo a pesquisa, os americanos utilizaram o FMI para impor resultados condizentes com seus interesses nacionais.

Assim, a proposta de Kubitschek da Operação Pan-Americana (OPA) não alcançou plenamente seus objetivos devido à falta de investimentos norte-americanos significativos. A atenção para a região voltou-se novamente após a Revolução Cubana e a crise dos mísseis. Foi nesse momento que os diálogos entre o Brasil e os Estados Unidos se intensificaram. Em resposta às necessidades da região, o ex-presidente americano John Kennedy lançou a Aliança para o Progresso, um programa cooperativo com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e social na América Latina, ao mesmo tempo que visava conter o avanço do socialismo no continente.



No Brasil, o programa contribuiu com obras de urbanização e, ao mesmo tempo, ajudou a impulsionar governadores de oposição para desestabilizar o governo João Goulart, culminando no golpe militar e na subsequente ditadura. O político de esquerda Leonel Brizola enxergava, com razão, o programa como uma manifestação dos interesses americanos no País. Segundo a pesquisa do historiador Felipe Pereira Loureiro, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, os investimentos seguiram critérios específicos, sendo destinados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a todos os governadores de direita. Nesse cenário, os mais beneficiados foram os governadores Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, Adhemar de Barros em São Paulo e Cid Sampaio em Pernambuco.

As origens do Mercosul

Após as ditaduras na América Latina e o processo de democratização, retomaram-se as negociações em busca da integração regional. O Mercosul teve origem na necessidade de desenvolver e unir as economias do sul global. Seus antecedentes, até a sua criação, remontam à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que visava à redução das tarifas alfandegárias entre os parceiros e à criação de uma área de livre comércio. No entanto, devido à rigidez dos mecanismos estabelecidos para a liberalização comercial, bem como à instabilidade política que assolou a região sul-americana devido aos regimes ditatoriais, a ALALC não conseguiu se consolidar.

Durante a existência da ALALC, todos os países-membros desejavam acessar os mercados dos demais para seus produtos, mas não estavam dispostos a abrir completamente seus próprios mercados em troca.

Diante da ineficácia da organização, a ALALC foi extinta, dando origem à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A nova instituição buscava se tornar uma Zona de Livre Comércio, flexibilizando-se por meio de acordos sub-regionais. A crescente industrialização e diversificação de países como o Brasil, Argentina e México demonstravam de maneira eficaz a possibilidade de desenvolvimento integrado entre as nações do sul.

Ao mesmo momento, o Brasil e a Argentina se aproximavam, consolidando uma relação de confiança mútua que outrora foi abalada pela questão da hidrelétrica Itaipu-Corpus, mas que foi superada em 2009. Nesse contexto, surgiram parcerias no âmbito da energia nuclear, por exemplo. Além disso, os países firmaram o Tratado de Cooperação Econômica, que impulsionou o comércio bilateral entre as nações, especialmente nos setores de trigo e automóveis. O êxito alcançado por esse acordo bilateral estabeleceu as bases para a formação do Mercosul.

Assim, o Tratado de Assunção, assinado em 1991 pelos países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), introduziu instrumentos para a integração, como as listas de exceções (produtos excluídos da área de livre comércio) e a estrutura institucional do Mercosul, que foi posteriormente detalhada no Protocolo de Ouro Preto, entre outros aspectos.

Conforme o bloco econômico progredia, questões adicionais, como a Tarifa Externa Comum (TEC), eram discutidas. Essa tarifa tem o propósito de garantir igualdade de condições de concorrência no espaço geográfico do Mercosul, assegurando uma margem de preferência regional e promovendo a continuidade dos processos de integração.

Na lista de exceções, a maioria dos itens pertence à categoria de tecnologia da informação e telecomunicações. Outros setores, como o automobilístico e o açucareiro, são regulamentados por meio de acordos bilaterais. Uma das preocupações relacionadas à Tarifa Externa Comum (TEC) dizia respeito à questão da dupla tributação. Em 2010, aprovou-se o Código Aduaneiro, que visava eliminar distorções econômicas. Embora tenha havido discussões sobre a problemática da bitributação da TEC, a dupla cobrança continua a ser uma realidade em vários setores e entre os países, e está sujeita a revisões contínuas.

Por exemplo, em 2022, a Comissão de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou um acordo internacional entre Brasil e Uruguai para combater a bitributação da renda e do capital. O objetivo do acordo é reduzir a evasão fiscal e evitar cobranças desnecessárias em outros países. Essas situações são mais comuns em empresas transnacionais e em cidadãos que possuem propriedades e rendimentos em diferentes nações.

Para que o Mercosul alcance o estágio final de integração, conforme estabelecido no Tratado de Assunção, é imperativo que ocorra a coordenação das políticas macroeconômicas, a liberalização do comércio de serviços e a livre circulação de mão de obra e capitais. De acordo com a teoria econômica, a política macroeconômica abrange três esferas: política cambial, política monetária e política fiscal. À medida que o processo de integração entre os estados progride, a interdependência entre as economias dos países se consolida. A União Europeia, como mencionada anteriormente, ilustra um notável exemplo de interdependência entre nações, operando como um Mercado Comum que permite a livre circulação de bens, serviços e pessoas. Além disso, envolve a coordenação da política externa, solidariedade econômica, integração política, regulamentações comuns e a coordenação de políticas macroeconômicas. Portanto, a interdependência entre as nações contribui significativamente para que o bloco alcance o equilíbrio necessário.



entrevista entrevista entrevista

Atualmente, os principais desafios dos membros do Mercosul estão relacionados à falta de credibilidade do bloco, uma vez que as decisões e sugestões da organização muitas vezes não são incorporadas no âmbito interno dos estados-membros. Além disso, incluem-se as desigualdades econômicas e políticas entre os membros e certa resistência à liberalização do comércio de serviços. A soma desses fatores prejudicam a imagem da institucional do bloco perante os agentes internacionais. Conversei com o árbitro suplente do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, Marcílio Franca, sobre os desafios encontrados na integração regional, as fragilidades do bloco e os possíveis caminhos para mitigação desses problemas.



entrevista entrevista entrevista

Como a criação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, estabelecido pelo Protocolo de Olivos, contribuiu para o processo de integração regional?

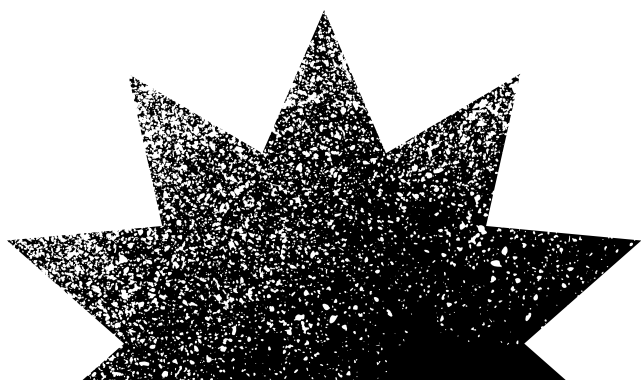
Uma das decisões mais fundamentais de qualquer comunidade - de pessoas, de empresas ou de Estados - diz respeito à forma como decidir eventuais conflitos. Há muitas maneiras de solucionar diferendos. O recurso à violência ou à guerra, a autocomposição e a heterocomposição são alguns dos meios para a resolução de disputas. Os diplomatas que criaram o Mercosul se preocuparam, desde as origens do bloco, em instituir um mecanismo eficiente para resolução das controvérsias entre os Estados-membros. Desde 1991, esse sistema encontra-se em franca evolução, como um reflexo do próprio desenvolvimento do processo de integração. A criação do Tribunal Permanente de Revisão, em 2002, contribuiu para o processo de integração regional trazendo maior estabilidade, previsibilidade e juridicidade ao bloco. Por ser uma instituição permanente, o TPR permitiu mais homogeneidade na interpretação, aplicação e cumprimento do direito originário e do direito derivado do

especializadas em direito da integração da região; a instituição de uma respeitada revista acadêmica; a aproximação com a Academia (a própria UFPB tem um acordo de cooperação com o TPR); a realização de eventos e a organização de um centro de pesquisas para a promoção do Estado de Direito. Além disso, com a criação do TPR veio também a conformação de novos instrumentos processuais importantes, como as opiniões consultivas e as medidas excepcionais de urgência.

O direito argentino está mais avançado na recepção das decisões do Mercosul. Como o direito brasileiro poderia aprimorar a recepção das decisões do Mercosul?

Faz parte da cultura jurídica de cada Estado ter regras próprias sobre a vigência de normas internacionais, originárias e derivadas, o que faz com que a relação entre direito interno e direito internacional alcance sempre grande complexidade e não permita a importação acrítica de instrumentos estrangeiros. Algumas estatísticas apontam que mais de 80% das normas do Mercosul já estão vigentes atualmente. Não é um número desprezível, mas há, claro, margem para aprimoramentos, que não são apenas jurídicos, mas também políticos.

As decisões do Mercosul são adotadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes. Desse modo, a questão da eficácia das normas mercosulinas também é, em grande medida, uma decisão político-diplomática de todos os Estados parceiros.



Um dos desafios do Mercosul, que gera certa falta de credibilidade no bloco, é a falta de incorporação das decisões do bloco pelos estados-membros. Você identifica alguma solução para mitigar esse problema?

Ao contrário da União Europeia, o desenho institucional do Mercosul, de base interestatal, não permite que as suas normas ingressem diretamente no sistema jurídico nacional, sem uma medida nacional de recepção ou incorporação. As decisões do bloco sulamericano não têm o chamado “efeito direto” próprio das instituições supranacionais. Mudar esse cenário, contudo, não é possível sem uma reforma constitucional – como houve, aliás, nos Estados da Europa. Os processos decisórios e as ações do Mercosul ainda estão fortemente ligados aos Estados Partes, que, sem abrir mão de qualquer parcela de sua soberania, negociam e aprovam por unanimidade as decisões do bloco por meio de instituições nacionais.

De maneira geral, quais são os principais desafios enfrentados pelo Mercosul?

Julgo que os principais desafios do Mercosul dirigem-se ao aprofundamento do processo de integração e em uma direção que ultrapasse os aspectos meramente econômicos. A pandemia, o fortalecimento da China e a insegurança internacional já demonstraram que a integração aberta e multissetorial – nunca o isolamento – é a melhor estratégia para ultrapassar os desafios contemporâneos. Nesse sentido, caberá ao Mercosul aprofundar, além da integração econômica, a integração política, ambiental e cultural, não só intrabloco, mas com a União Europeia e com todos os terceiros países interessados em mais solidariedade e numa agenda “trade plus”.



Brasil sob a sombra da China e da Rússia?

No artigo publicado no site Congresso em Foco, o consultor de relações internacionais, dr. Rafael Gontijo, discorrendo sobre o futuro do Brics, lança vários argumentos contra a expansão do Brics, arrematando com a seguinte questão:

“Após a 15a cúpula, urge indagar: qual estratégia brasileira para o Brics?”

Este pequeno artigo ousará responder a tal indagação. Pois bem, concomitantemente à criação do presente texto, brasileiros estão, hodiernamente, expostos ao terror da guerra entre o Estado de Israel e o grupo do Hamas, confinados na faixa de Gaza. A única saída plausível para sair desse conflito é pela fronteira do Egito.

Por óbvio que a participação do Egito, agora no Brics, facilita a interlocução do Brasil, no esforço diplomático com esta nação milenar visando à repatriação dos brasileiros em área de querela. Só isso já justificaria o aval do Brasil à expansão do grupo econômico Brics. Aliás, a participação, nesse triste evento militar, de membros atuais e futuros dos Brics, tentando mediar a crise, vai ao encontro do que asseverou a Diplomata Maria Edileuza Fontenele Reis, em seu artigo, em tom quase profético:

“Assim, o que causa espanto, perplexidade, ceticismo, admiração, receio ou esperança não é o conceito destinado a identificar economias com imenso potencial de crescimento nas próximas décadas, mas sim o surgimento dos BRICS como mecanismo político-diplomático

que se constituiu em um momento de redesenho de governança global, em que se torna cada vez mais aguda a percepção do déficit de representatividade e, portanto, de legitimidade, das estruturas gestadas no pós-guerra (BRICS: surgimento e evolução, in O Brasil, os BRICS e a agenda internacional).”

Ademais, tal postura do País ressalta, ainda mais, a importância da multilateralidade na busca da solução de conflitos.

Dito isto, a participação do Brasil em diversos fóruns, aliado ao fato do país não deter nenhuma divergência mais acentuada com qualquer país do mundo e seus vizinhos do continente, permitiram ao Brasil, na presidência provisória do Conselho de Segurança da ONU, engendrar uma Resolução que mediasse uma solução pacífica, ainda que momentânea, visando ajuda humanitária para os civis de gaza, que só não foi aprovada pelo óbice solitário dos Estados Unidos, que na sua postura de aliado incondicional de Israel, obsta qualquer tentativa nesse diapasão.

Com efeito, o aumento de membros nos Brics gera, por conseguinte, maior aporte de recursos para o seu Banco de Fomento, permitindo que o país possa obter financiamento em projetos estruturantes, aumentando sua competitividade no mundo, e, quiçá, dar uma guinada significativa no seu intento de se reindustrializar.

Era corriqueiro o Brasil, na década de 80, socorrer-se ao FMI, tendo que arcar, por isso, com exigências que, se não chegavam a reduzir por completo a nossa soberania, impunha grandes sacrifícios à população civil antes as restrições fiscais que geralmente acompanhavam a concessão de financiamento.

Muito se alardeou sobre a perda de poder do Brasil com a expansão dos BRICS, já que o poder de voto será pulverizado entre os novos integrantes.

**brics
brics
brics**

Ora, insta indagar: a China ou a Rússia terão, proporcionalmente, mais votos que os demais integrantes dos BRICS? Por óbvio que não. Assim, como atribuir só ao Brasil uma diminuição no seu poder de influência nos Brics. As maiores potências haverão de dividir os seus votos com os demais. Se a paridade de votos continua, como a China irá se impor em eventuais futuros acordos?

Ademais, do que adiante o Brasil ser liderança no Mercosul, se o bloco não consegue expandir seu alcance para outros mercados.

Assim, creio que a expansão dos Brics - ou que nome se adote agora a partir dos novos membros -, é mais salutar para o Brasil do que pernicioso, pois é evidente a influência geo-política dos seus membros, não só pela dimensão territorial, grande densidade populacional, referência militar e desenvolvimento econômico, mas, acima de tudo, por proporcionar um novo desenho no cenário das relações internacionais.

Com isso, quiçá, superando o nosso colonialismo mental, talvez se concretize o escopo vicejado pelo sociólogo Mangabeira Unger, e o Brasil passe, de agora em diante, a fazer o que os Estados Unidos fizeram para se desenvolver e não fazer o que o EUA querem que nós façamos.



trabalho escravo

No contexto da Convenção sobre o Trabalho Forçado da OIT de 1930 (nº 29), o trabalho forçado é definido como "qualquer forma de trabalho ou serviço imposto a alguém sob ameaça de penalidades, no qual essa pessoa não se oferece voluntariamente. A chamada 'economia privada' engloba todas as formas de trabalho forçado, com exceção daquelas impostas pelo Estado. Nossa era globalizada e digital, caracterizada por avanços tecnológicos contínuos, suscita a inquietante questão de como essa grave violação da dignidade humana persiste no cenário contemporâneo.

Os números são alarmantes. Estimativas de 2021 apontam que cerca de cinquenta milhões de pessoas eram submetidas à escravidão moderna, de acordo com os dados mais recentes sobre a escravidão contemporânea, conhecidos como "Global Estimates of Modern Slavery". Dessas, 28 milhões eram forçadas a realizar trabalhos contra a sua vontade, enquanto 22 milhões eram vítimas de casamentos forçados. Esses números retratam uma realidade chocante e inaceitável, destacando a urgência de medidas eficazes para combater essa grave violação dos direitos humanos.

O princípio da dignidade da pessoa humana desempenha um papel central na análise desse problema. Esse princípio não apenas encontra respaldo em acordos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas é considerado um dos valores ético-jurídicos fundamentais. Essa Declaração enfatiza a necessidade de proteger os direitos humanos por meio de normas legais a fim de evitar que as pessoas sejam submetidas a condições de vida degradantes. Como resultado, a aplicação do princípio da dignidade humana é uma exigência para todos os países que são signatários desse importante documento.

No âmago desse problema encontra-se a questão do racismo, que abrange não apenas sua origem, mas também sua evolução em escala global e as diversas formas de manifestação que assume. A população negra enfrenta um fardo desproporcional nessa estrutura de privilégios e dominação, frequentemente em associação com outras formas de opressão, como as relacionadas à classe social e ao gênero. Essa teia complexa de desigualdades e injustiças deve ser enfrentada com a urgência e a seriedade que merece, promovendo a igualdade e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou características pessoais.

Em 1999, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) deu origem ao conceito de "trabalho decente" por meio do Relatório da Conferência Internacional do Trabalho. Nesse relatório, foram estabelecidos quatro pilares essenciais para que os Estados promovam condições de trabalho dignas:

1. Respeito aos direitos trabalhistas, com destaque para aqueles considerados fundamentais, como a liberdade sindical, o direito à negociação coletiva, a eliminação de todas as formas de discriminação no emprego e a erradicação do trabalho forçado e infantil.
2. Promoção de emprego produtivo e de qualidade.
3. Expansão da proteção social.
4. Fortalecimento do diálogo social.

Esses princípios refletem um esforço global para erradicar práticas como o trabalho análogo à escravidão, que representam uma séria ameaça à cidadania e violam os direitos humanos fundamentais.

Entretanto, a questão ética subjacente a essa problemática contemporânea permanece sem uma solução definitiva. Mesmo na "era digital", nossa sociedade ainda enfrenta o desafio de superar a barbárie do trabalho forçado que persiste em muitas partes do mundo. A busca por um mundo onde o trabalho seja genuinamente digno continua sendo um compromisso necessário e inadiável para a humanidade.



borsh
borsh
borsh

Culinária afetiva e secular

Ucrânia

A sopa de coloração avermelhada, conhecida como Borscht, é um icônico prato do leste europeu, preparado com ingredientes como beterraba, leguminosas, repolho, cenoura e carne. A sopa tem origens ucranianas e é destaque na região. Você arriscaria experimentá-la? Vamos te ensinar a preparar!

Modo de preparo:

1. As beterrabas são assadas no forno até ficarem macias.
2. Enquanto isso, você refoga cebola, cenoura e salsão em uma panela com manteiga.
3. Após assar, as beterrabas são adicionadas à panela junto com açúcar e caldo de carne.
4. A mistura cozinha para que os sabores se combinem.
5. Em seguida, você bate os legumes e o caldo no liquidificador até obter uma sopa lisa.
6. A sopa é refrigerada por pelo menos 1 hora.
7. Sirva com gomos de limão, creme de leite fresco batido e torradas com sardinha.

Festival Thimpu

Em uma das nações conhecidas como a mais alegre do mundo, o Butão, realiza-se o encantador Festival Thimpu Tshechu, um evento que se estende por três dias durante o oitavo mês do calendário lunar tibetano. Isso significa que o festival acontece duas vezes ao ano: uma vez em setembro, durante o inverno, na cidade de Thimphu, e outra vez na primavera, em Paro. O Festival Thimpu Tshechu é um espetáculo enraizado em tradições ricas, repleto de fantasias deslumbrantes, danças hipnotizantes, máscaras tradicionais e a partilha de conhecimento sagrado. As festividades têm lugar nas proximidades do mosteiro na área norte de Thimphu e exercem um poder de atração que transcende fronteiras, atraindo visitantes de diversos cantos do mundo para vivenciar essa celebração verdadeiramente única.



resenha
resenha
resenha

Audiovisual

O Insulto

por, Lara Aldeci

No filme "The Insult," somos levados a refletir sobre a complexidade das relações humanas e a tendência de julgar com base em aparências superficiais. A história gira em torno de um conflito entre um libanês cristão e um refugiado palestino, que começa como uma simples discussão entre vizinhos, mas se desdobra em um processo judicial com implicações profundas.

O filme nos lembra que, muitas vezes, as aparências podem ser enganosas. O julgamento do personagem principal, um libanês cristão, é fortemente influenciado por seus próprios traumas pessoais, o que o leva a ignorar a humanidade do palestino. Essa narrativa ressoa com o mundo real, onde preconceitos e estereótipos podem obscurecer nossa visão e nos impedir de compreender a verdadeira natureza das pessoas e situações.

Assim como na famosa frase de Penélope em "A Odisseia," o filme nos lembra que a bondade e a complexidade das pessoas não podem ser avaliadas apenas pela aparência. Ele nos alerta para não simplificar casos ou pessoas com base em estereótipos superficiais. Em vez disso, devemos buscar uma compreensão mais profunda e justa, reconhecendo que a realidade é multifacetada e raramente se encaixa em julgamentos simplistas.



Além disso, o filme nos leva a explorar os conflitos profundamente enraizados no Oriente Médio e a expor as cicatrizes das comunidades cristãs e palestinas, que carregam seus próprios traumas e mágoas.

O filme nos mostra como nossas questões pessoais muitas vezes se refletem em conflitos maiores e como as decisões das cortes podem ecoar em toda a sociedade. Além disso, ele nos alerta sobre a importância de manter nossa humanidade e empatia, mesmo diante das injustiças.

Às vezes, nos perdemos na busca por justiça e esquecemos a importância de compreender o outro, como nos lembra o poema de Jorge Luis Borges, "Los Justos." A falta de perdão e cura do passado pode levar a conflitos insolúveis, alimentados pelo orgulho ferido e palavras inflamadas.

O filme nos recorda que, diante das injustiças, devemos tentar ver a humanidade no outro e buscar a reconciliação, para que possamos avançar juntos em direção a um futuro mais pacífico e justo.

resenha

O filme mergulha nas complexidades do conflito, que é influenciado por questões como mídia, história e política. Ele nos faz refletir sobre como muitas vezes as disputas aparentemente simples escondem questões profundas, como diferenças culturais e influências de poder.

Em última análise, "The Insult" trata dos dramas humanos que todos nós enfrentamos, com nossas próprias diferenças e semelhanças. Ele nos convida a olhar para além da superfície das situações, assim como sugere o poema de Borges, e a entender as complexidades que cercam os conflitos humanos. O filme nos lembra que, para alcançar verdadeira justiça, precisamos transcender a interpretação literal da lei e abordar as questões mais profundas da condição humana.

Cosmopolítica



Luciana Aldecí

Outubro, n.º 1

cosmopolítica.

2023

